

# A relação dos elementos dos ecossistemas de inovação social com desenvolvimento local: uma proposta de um *framework*

Nhatallia Laranjeira Amorim e Verônica Macário de Oliveira

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo identificar e discutir os principais elementos dos Ecossistemas de Inovação Social (EISs) em sua interface com o Desenvolvimento Local (DL). Para isso, foi adotada uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, fundamentada em revisão integrativa da literatura, análises bibliométricas e entrevistas semiestruturadas com especialistas da área. O estudo resultou na proposição e validação de um *framework* teórico que sistematiza, de forma relacional e multidimensional, os componentes estruturantes dos EISs em contextos territoriais. A fase de validação, realizada por meio da escuta qualificada de especialistas, promoveu não apenas ajustes de nomenclatura, mas também reconfigurações substantivas no modelo proposto, incorporando aspectos como governança participativa e articulação intersetorial. A principal contribuição do estudo reside na superação da fragmentação teórica observada na literatura, oferecendo uma ferramenta analítica que pode orientar pesquisadores, gestores públicos e formuladores de políticas comprometidos com processos inovadores de transformação social e fortalecimento de capacidades locais.

Palavras-Chave: ecossistemas de inovação social; desenvolvimento local; análise qualitativa.

*The relationship of the elements of social innovation ecosystems with local development: a proposal for a framework*

## ABSTRACT

This article examines the principal elements of Social Innovation Ecosystems (SIEs) and their interaction with Local Development (LD). Employing a qualitative and exploratory methodology, the research is grounded in an integrative literature review, bibliometric analyses, and semi-structured interviews with domain experts. The study culminates in the formulation and validation of a theoretical framework that systematically categorizes the structural components of SIEs within specific territorial contexts, utilizing a relational and multidimensional lens. The validation phase, undertaken through expert interviews, resulted in critical adjustments to the nomenclature and substantial reconfigurations of the proposed model. This process included the integration of key aspects such as participatory governance and intersectoral collaboration. The primary contribution of this study lies in mitigating the theoretical fragmentation identified in the existing literature by offering an analytical tool that serves as a guide for researchers, public managers, and policymakers engaged in innovative processes aimed at social transformation and the enhancement of local capacities.

*Keywords: social innovation ecosystems; local development; qualitative analysis.*

Recebido em: 02/08/2024

Revisado em: 16/04/2025

Aprovado em: 16/05/2025



Nhatallia Laranjeira Amorim 

Programa de Pós-Graduação em Administração - Universidade Federal de Campina Grande, Brasil.  
Mestrado em Administração, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil.

[nathylamorim@gmail.com](mailto:nathylamorim@gmail.com)

Verônica Macário de Oliveira 

Universidade Federal de Campina Grande, Brasil.  
Doutorado em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

[veronica.macario@uaac.ufcg.edu.br](mailto:veronica.macario@uaac.ufcg.edu.br)

## Introdução

As transformações econômicas, sociais e ambientais, que caracterizam o contexto contemporâneo, evidenciam os limites dos modelos tradicionais de desenvolvimento e das formas convencionais de inovação, historicamente ancoradas na racionalidade econômica e tecnológica. A inovação, por muito tempo celebrada como alavanca de progresso e crescimento (Schumpeter, 1988; Jones, 2010), passou a ser problematizada por sua incapacidade de responder, de forma adequada, às complexidades e interdependências que marcam os desafios atuais (Pel *et al.*, 2020; Domanski & Kaletka, 2018). No campo urbano, por exemplo, a intensificação das desigualdades, a precarização de serviços públicos e os impactos da crise climática demandam abordagens mais integradas, participativas e territorialmente situadas (Lencioni, 2008). É nesse cenário que os Ecossistemas de Inovação Social (EISs) despontam como arranjos intersetoriais e colaborativos voltados à construção de soluções orientadas ao bem comum.

Os EISs se configuram como espaços de articulação entre diferentes atores sociais — Estado, mercado, sociedade civil e academia — capazes de coproduzir respostas inovadoras aos problemas públicos complexos. Diferentemente das abordagens tradicionais de inovação, centradas na eficiência e na competitividade, os EISs enfatizam alguns valores, tais como inclusão, sustentabilidade e justiça social (Domanski, Howaldt & Kaletka, 2020; Andion, Alperstedt & Graeff, 2020; Audretsch, Eichler & Schwarz, 2022). No entanto, apesar do avanço da literatura sobre Inovação Social (IS) e Desenvolvimento Local (DL), observa-se uma lacuna persistente quanto à sistematização teórica dos elementos que estruturam esses ecossistemas. Estudos tendem a abordá-los de forma fragmentada, carecendo de modelos conceituais integrativos que articulem suas múltiplas dimensões e evidenciem sua relação com processos de transformação territorial (Andion *et al.*, 2022).

Diante dessa lacuna, este artigo tem como objetivo propor e validar um *framework* teórico que organiza os principais elementos dos Ecossistemas de Inovação Social em sua interface com o Desenvolvimento Local. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa e exploratória, que combina revisão integrativa da literatura, análises bibliométricas com dados da base *Web of Science* e entrevistas semiestruturadas com especialistas da área. O *framework* resultante estrutura, de forma relacional e multidimensional, os componentes dos EISs, incorporando alguns aspectos, tais como capital social, sustentabilidade, governança participativa e intersetorialidade. Entre as contribuições centrais do estudo, destacam-se: (i) a identificação dos elementos constitutivos dos EISs; (ii) a construção de um modelo teórico analiticamente consistente; e (iii) a validação empírica do *framework*, a partir da escuta qualificada de especialistas.

Este estudo distingue-se da produção existente ao propor um modelo analítico integrador, que responde à fragmentação teórica ainda presente no campo e oferece uma ferramenta interpretativa com potencial de aplicação prática. Ao articular dimensões frequentemente tratadas de forma isolada, o *framework* contribui para o avanço das agendas acadêmicas e institucionais relacionadas à inovação social, à coprodução de políticas públicas e ao

fortalecimento de capacidades locais (Caulier-Grice *et al.*, 2012; Terstriep, Rehfeld & Kleverbeck, 2020; Nunes *et al.*, 2017). O modelo apresentado possibilita, ainda, análises comparadas e adaptações a distintos contextos territoriais, reforçando sua utilidade teórico-metodológica para pesquisadores, gestores e formuladores de políticas públicas.

Além desta introdução, o artigo organiza-se em quatro seções. A primeira, apresenta a fundamentação teórica sobre inovação social, ecossistemas de inovação e desenvolvimento local. Na segunda, são descritos os procedimentos metodológicos da pesquisa. A terceira, apresenta a proposição e validação do *framework*. Por fim, discutem-se as contribuições teóricas e práticas do estudo, suas limitações e possibilidades de aprofundamento em investigações futuras.

## Ecossistemas de Inovação Social (EISs)

A temática da inovação tem ocupado lugar central nas agendas acadêmicas e institucionais ao longo das últimas décadas, historicamente associada à intensificação da competição mercadológica, ao avanço tecnológico e à promoção do crescimento econômico (Schumpeter, 1988; Jones, 2010; Pel *et al.*, 2020). Amplamente romantizada como motor do progresso e da realização individual, a inovação foi progressivamente incorporada como elemento estruturante da racionalidade capitalista contemporânea. No entanto, essa concepção predominantemente econômica revela-se insuficiente diante dos desafios complexos e interdependentes que caracterizam as sociedades atuais, tais como desigualdades persistentes, crises ambientais e fragmentações institucionais. Como observam Domanski e Kaletka (2018), a ênfase excessiva nas soluções tecnológicas desconsidera os limites da inovação centrada na eficiência e ignora a necessidade de abordagens que contemplem simultaneamente as dimensões sociais, culturais e territoriais das transformações necessárias.

O conceito de inovação social constitui um campo analítico multifacetado, sustentado por distintas matrizes epistemológicas que expressam concepções divergentes sobre os processos de mudança social, transformação institucional e construção de novas formas de ação coletiva. Uma dessas matrizes, de natureza clássica e ainda predominante em políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação, fundamenta-se na tradição schumpeteriana da economia da inovação, na qual a inovação é concebida como motor do desenvolvimento econômico, pautado na introdução de novos produtos, processos, mercados e formas organizacionais que rompem com o status quo (Schumpeter, 1988). Nesse enquadramento, a inovação social tende a ser compreendida como uma extensão funcional das inovações tecnológicas e organizacionais, voltada à melhoria da eficiência de serviços públicos, à racionalização de estruturas institucionais e à ampliação do impacto das políticas sociais (Moulaert *et al.*, 2013; Cajaiba-Santana, 2014). Embora essa abordagem contribua para operacionalizar soluções pragmáticas em contextos sociais específicos, ela frequentemente se restringe aos marcos da racionalidade instrumental, subordinando finalidades sociais a critérios de desempenho econômico, produtividade e escalabilidade.

Em contraposição, delinea-se uma abordagem crítica e ampliada da inovação social, que a concebe como um processo relacional, político e cultural de transformação das estruturas sociais vigentes. Essa perspectiva valoriza a atuação de sujeitos coletivos e redes colaborativas comprometidas com práticas emancipatórias, especialmente em contextos marcados pela vulnerabilidade, pela desigualdade e pela ausência histórica do Estado. Alguns autores, tais como Lavelle (2003), Andion *et al.* (2022) e Caulier-Grice *et al.* (2012), argumentam que a inovação social ultrapassa a função de resposta técnica a demandas não atendidas, posicionando-se como vetor de reorganização das esferas pública, privada e societária. Trata-se, assim, de um processo socialmente construído que envolve a reconfiguração de arranjos institucionais, a experimentação de novas formas de governança, a disputa por sentidos e a ampliação de direitos, frequentemente por meio da participação cidadã, da deliberação pública e da coprodução de soluções. Nessa concepção, os Ecossistemas de Inovação Social (EISs) são compreendidos como espaços dinâmicos de articulação entre saberes plurais, recursos heterogêneos e práticas territoriais orientadas à justiça social, à construção democrática e à reinvenção das formas de regulação e organização da vida coletiva.

Nessa perspectiva, a Inovação Social (IS) configura-se como uma resposta estratégica e contextualizada aos desafios contemporâneos, cujas soluções extrapolam os limites da racionalidade econômica tradicional ao incorporar dimensões sociais, ambientais, políticas e culturais nos processos inovativos (Domanski, Howaldt & Kaletka, 2020; Andion, Alperstedt & Graeff, 2020; Terstriep, Rehfeld & Kleverbeck, 2020; Audretsch, Eichler & Schwarz, 2022). A literatura sobre IS, embora recente, tem se expandido significativamente, refletindo um reconhecimento crescente de que os processos de inovação podem e devem ser mobilizados em favor de finalidades sociais.

A inovação social é compreendida, nesse escopo, como a formulação de novos modelos organizacionais, serviços, produtos, processos e arranjos institucionais voltados à produção de valor público e ao fortalecimento da coesão social, com impactos concretos sobre o desenvolvimento socioeconômico. Além de promover respostas inovadoras para demandas sociais complexas, as ISs se articulam a práticas alinhadas aos princípios do desenvolvimento sustentável, sendo condicionadas por fatores interdependentes como o contexto político-institucional, as dinâmicas culturais locais e a constituição de redes de apoio e articulação colaborativa (Kumari *et al.*, 2019; Caulier-Grice *et al.*, 2012; Nunes *et al.*, 2017; Andion, Alperstedt & Graeff, 2020; Pel *et al.*, 2020; Terstriep, Rehfeld & Kleverbeck, 2020; Audretsch, Eichler & Schwarz, 2022).

No contexto brasileiro e latino-americano, diversas contribuições teóricas têm ampliado a compreensão do desenvolvimento local e da inovação social para além dos marcos economicistas. Alguns autores, tais como Singer (2002), Dowbor (2007) e Buarque (2001), enfatizam a centralidade da participação social e da construção coletiva de soluções em processos de desenvolvimento local, deslocando o foco do crescimento econômico para a promoção da justiça social, da inclusão produtiva e da valorização de

saberes territoriais. Essa abordagem oferece bases conceituais relevantes para compreender os Ecossistemas de Inovação Social (EISs) como arranjos que envolvem diversos atores enraizados nas dinâmicas dos territórios.

Nesse sentido, o território não deve ser concebido apenas como base física para a implementação de políticas, mas como um espaço relacional e simbólico, atravessado por vínculos socioculturais, disputas de poder e formas locais de organização, que influenciam diretamente os processos de inovação (Dallabrida, 2013; Dallabrida & Marchesan, 2013). Essa concepção exige modelos teóricos capazes de capturar a complexidade das interações entre sujeitos, recursos e instituições que compõem os ecossistemas inovadores em contextos marcados por desigualdades estruturais.

Paralelamente, alguns autores, tais como Araújo, Oliveira e Correia (2021) e Correia, Oliveira e Gomez (2019), têm reforçado a importância de compreender a inovação social como um processo sistêmico e politicamente situado, que emerge da mobilização cidadã e da articulação entre diferentes tipos de capitais — social, humano, cultural e financeiro. Ao invés de depender exclusivamente de lógicas de mercado ou de políticas *top-down*, a inovação social, nesses contextos, está profundamente associada ao protagonismo de atores locais, à construção de redes de cooperação e à experimentação de novas institucionalidades. Tais processos são guiados por finalidades públicas e por práticas colaborativas, com potencial de gerar impactos estruturantes no território.

Ao integrar diferentes saberes e recursos por meio de processos participativos, a inovação social constitui-se como ferramenta crítica para responder a demandas sociais complexas e promover transformações sustentáveis. Desse modo, compreender os EISs à luz dessa literatura permite avançar na elaboração de *frameworks* mais coerentes com os desafios e as potencialidades dos contextos latino-americanos.

Anheier *et al.* (2017) definem a IS como a capacidade de criar soluções para necessidades sociais anteriormente inadequadamente atendidas, visando melhorar a situação dos beneficiários e outros atores envolvidos. Logo, a IS visa mitigar problemas sociais, explorando formas de gerar impactos positivos no desenvolvimento socioeconômico de grupos específicos.

Apesar dos benefícios, nem toda inovação é positiva, alguns desafios incluem a exclusão de grupos, efeitos não previstos, resistência a novas ideias, questões éticas, insustentabilidade a longo prazo, altos custos de implementação e conflitos com valores culturais (Andion, Alperstedt & Graeff, 2020; Audretsch, Eichler & Schwarz, 2022; Carayannis *et al.*, 2021). Estudos sobre IS estão enraizados na perspectiva da mudança social, que requer um ambiente propício para inovação. Esses ecossistemas são influenciados por redes, capital social e colaborações, e são essenciais para a implementação eficaz de projetos de IS.

Os EISs incluem múltiplos atores, tais como organizações, governo, universidades e indivíduos, em interações que contribuem para a promoção da IS (Domanski, Howaldt & Kaletka, 2020). O conceito de EIS ainda é vago e em desenvolvimento. A literatura destaca a importância de ecossistemas favoráveis, com múltiplos atores e interações complexas, para a implementação de IS.

Em síntese, a literatura sobre EIS sugere que se trata de sistemas complexos de interação entre múltiplos *stakeholders*, visando objetivos comuns e criando soluções para problemas sociais. Envolvem colaborações locais, regionais e internacionais, e dependem de um ambiente de confiança e aprendizagem para promover a IS e o desenvolvimento sustentável (Kumari *et al.*, 2019; Audretsch, Eichler & Schwarz, 2022).

Pel *et al.* (2020) e Terstriep, Rehfeld e Kleverbeck (2020) ressaltaram que a IS não se restringe a um único espaço geográfico, mas procura iniciativas que se concentram no DL. Kumari *et al.* (2019) complementaram essa visão ao observar que os atores-chave do ecossistema devem desenvolver suas iniciativas considerando as rápidas mudanças do ambiente, levando em conta questões políticas, culturais, sociais, ambientais, econômicas e outras variáveis presentes. Assim, ao integrar esses diversos fatores, as iniciativas de EIS podem promover um DL mais dinâmico e sustentável, adaptando-se às especificidades de cada comunidade e região, conforme abordado a seguir.

## Desenvolvimento Local (DL)

Lencioni (2008) e Andion, Alperstedt e Graeff (2020) exploram o conceito de cidades sob uma ótica que considera primordialmente o contexto histórico local, caracterizando-as como produtos sociais emergentes da interação entre o homem e o meio ambiente. Neste cenário, as cidades assumem um papel central no DL, pois são vistas como catalisadoras de transformações significativas nos padrões de desenvolvimento socioeconômico. Especialmente em áreas periféricas, onde a densidade populacional elevada e as condições precárias de infraestrutura e qualidade de vida prevalecem, as cidades tornam-se arenas de desafios complexos e multifacetados. Essas circunstâncias não apenas destacam as questões sociais urgentes, mas também apontam para a necessidade de uma abordagem holística no planejamento urbano que integre políticas de DL, focadas em sustentabilidade e inclusão social. Portanto, a compreensão das cidades como espaços dinâmicos e interativos oferece uma perspectiva valiosa para o avanço e a revitalização de regiões inteiras, reforçando o vínculo entre o desenvolvimento urbano e o progresso local sustentável (Lencioni, 2008; Andion, Alperstedt & Graeff, 2020).

As transformações nos padrões de desenvolvimento são bastante exploradas nas conceituações sobre DL, temática esta que possui uma trajetória histórica rica, marcada por mudanças que a tornaram num campo de estudo multidisciplinar.

Inicialmente, os economistas e sociólogos exploraram a dinâmica econômica das comunidades locais. O enfoque era industrial, com a economia fundacional central na política de desenvolvimento econômico (Stöhr, 1981; Polèse & Shearmur, 2006; Baral, Stern & Bhattarai, 2008; Denicolai, Cioccarelli & Zucchella, 2010; Waltert & Schlapfer, 2010; Bennett & Dearden, 2014; Ippolito *et al.*, 2016; Nygaard & Hansen, 2020). Não obstante, essa visão foi criticada por não considerar as desigualdades socioeconômicas, levando a uma reavaliação dos paradigmas de DL (Baral, Stern & Bhattarai, 2008; Locatelli, Rojas & Salinas, 2008; Piketty, 2014; Nygaard & Hansen, 2020),

Com o tempo, o DL foi redefinido como um esforço coletivo de comunidades ou regiões para alcançar o crescimento sustentável, enfatizando a colaboração entre atores locais (Coffey & Polèse, 1984; Polèse & Shearmur, 2006; Delicado, Figueiredo & Silva, 2016). Este conceito incorporou perspectivas de desenvolvimento sustentável, equilibrando crescimento econômico com considerações ambientais e sociais (Locatelli, Rojas & Salinas, 2008; Percoco, 2010; Bennett & Dearden, 2014; Accetturo *et al.*, 2019; Milán-García *et al.*, 2019; Pérez Viñas *et al.*, 2020; Rizzo *et al.*, 2022).

Além disso, a participação ativa da comunidade e a descentralização das políticas de desenvolvimento tornaram-se centrais, com a abordagem *bottom-up* valorizando iniciativas locais (Stöhr, 1981; ECC, 1990; Bourne & Simmons, 2003; Calafati, 2006; Fraser *et al.*, 2006; Polèse & Shearmur, 2006; Percoco, 2010; Bennett & Dearden, 2014; Delicado, Figueiredo & Silva, 2016; Iappolo *et al.*, 2016; Accetturo *et al.*, 2019; Marín-González *et al.*, 2021).

Nessa perspectiva, a dimensão política emergiu como crucial, com ferramentas políticas em esferas municipais, estaduais e regionais (Polèse & Shearmur, 2006). A resiliência e a sustentabilidade passaram a ser enfatizadas, incentivando capacidades adaptativas às mudanças constantes e parcerias público-privadas (Baral, Stern & Bhattarai, 2008; Denicolai, Cioccarelli & Zucchella, 2010; Bennett & Dearden, 2014; Moore *et al.*, 2018; Velibeyo-lu, Yazdani & Baba, 2018; Pérez Viñas *et al.*, 2020; Marín-González *et al.*, 2021; Rizzo *et al.*, 2022).

A literatura, portanto, apresenta DL como uma abordagem multidisciplinar focada no fortalecimento das comunidades e regiões, promovendo crescimento econômico, social e cultural em nível local. Envolve a mobilização de recursos e participação ativa da comunidade para alcançar o desenvolvimento sustentável (Velibeyo-lu, Yazdani & Baba, 2018; Pérez Viñas *et al.*, 2020; Marín-González *et al.*, 2021; Rizzo *et al.*, 2022).

Pesquisas em DL estão em constante evolução, adaptando-se às necessidades específicas de cada comunidade (Polèse & Shearmur, 2006; Moore *et al.*, 2018; Reyes, 2018; Rizzo *et al.*, 2022). A abordagem multifacetada combina gestão estratégica de governos locais com engajamento ativo dos atores locais (Polèse & Shearmur, 2006; Baral, Stern & Bhattarai, 2008; Locatelli, Rojas & Salinas, 2008; Denicolai, Cioccarelli & Zucchella, 2010; Percoco, 2010; Waltert & Schlapfer, 2010; Bennett & Dearden, 2014; Iappolo *et al.*, 2016; Delicado, Figueiredo & Silva, 2016).

Por fim, o DL é um esforço metódico e adaptativo, com estratégias variando conforme as necessidades e o contexto local (Bhusal & Pandeya, 2022). A participação ativa da comunidade é crucial para a formulação de políticas de DL, e as leis e políticas devem ser constantemente adaptadas às mudanças rápidas e aos desafios emergentes, garantindo a relevância e eficácia contínua das intervenções. Desse modo, a literatura aponta alguns elementos que associam EIS ao DL, conforme demonstra a Figura 1.

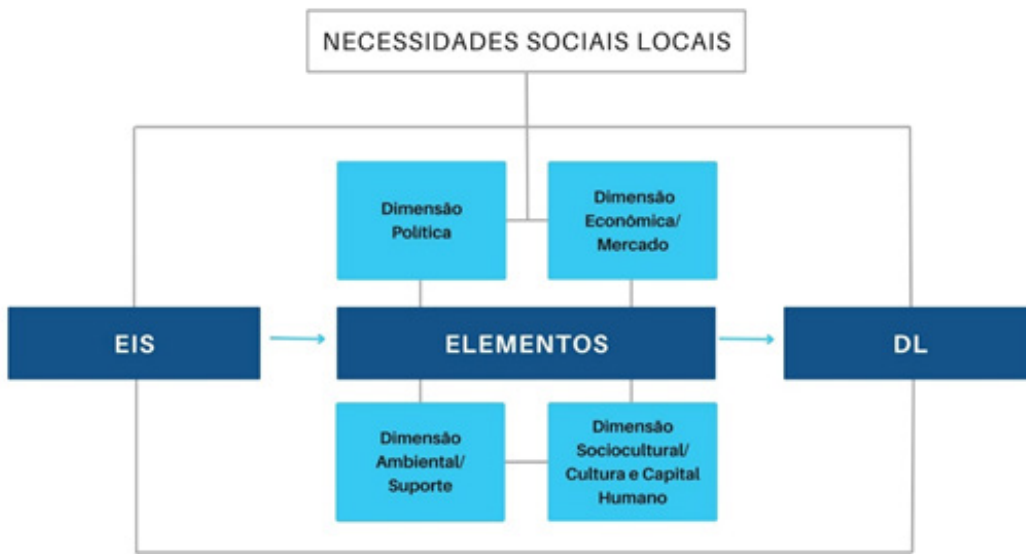


Figura 1: Framework conceitual dos principais elementos dos EISs associados ao DL

A próxima seção irá descrever, conforme achados da literatura, esses elementos que relacionam EIS com DL.

### Principais elementos dos ecossistemas de inovação social que se relacionam com desenvolvimento local

Os EISs representam uma abordagem inovadora e estratégica para abordar complexidades inerentes ao DL. Esses ecossistemas fomentam uma colaboração multifacetada entre variados *stakeholders*, visando a cocriação de soluções que são sustentáveis e, ao mesmo tempo, inclusivas. A integração de diferentes perspectivas e recursos potencializa a capacidade de resposta às necessidades sociais, econômicas e ambientais das comunidades.

Esta seção dedica-se a explorar a relação entre os EISs e o DL, elucidando como essas sinergias podem catalisar transformações abrangentes nas esferas econômica, sociocultural e ambiental das comunidades. O Quadro 1, intitulado “Elementos dos EISs que se relacionam com DL”, relaciona os principais elementos que fundamentam a interação entre EIS e DL, evidenciando o impacto dessa interação no fortalecimento e na eficácia dos ecossistemas.



**Quadro 1:** Elementos dos EISs que se relacionam com DL

Elementos	Categorias de análise	Autores
Dimensão de necessidades sociais locais	Contexto cultural e social	Baral, Stern e Bhattarai 2008; Denicolai, Cioccarelli e Zucchella 2010; Bennett e Dearden 2014; Domanski, Howaldt e Kaletka 2020; Audretsch, Eichler e Schwarz 2022
	Problemas sociais locais	Polèse e Shearmur 2006; Baral, Stern e Bhattarai 2008; Bennett e Dearden 2014; Domanski, Howaldt e Kaletka 2020; Audretsch, Eichler e Schwarz 2022
	Lacunas em serviços existentes	Polèse e Shearmur 2006; Bennett e Dearden 2014; Domanski, Howaldt e Kaletka 2020; Audretsch, Eichler e Schwarz 2022
Dimensão política	Regulamentações e estrutura legal	Polèse; Shearmur, 2006; Baral, Stern e Bhattarai 2008; Bennett; Dearden, 2014; Domanski, Howaldt e Kaletka 2020; Audretsch, Eichler e Schwarz 2022
	Políticas gerais	Polèse; Shearmur, 2006; Baral, Stern e Bhattarai 2008; Bennett; Dearden, 2014; Domanski, Howaldt e Kaletka 2020; Audretsch, Eichler e Schwarz 2022
	Parcerias público-privadas	Bennett e Dearden 2014; Domanski, Howaldt e Kaletka 2020; Audretsch, Eichler e Schwarz 2022
Dimensão Econômica/ Mercado	Desenvolvimento econômico local	Polèse e Shearmur 2006; Baral, Stern e Bhattarai 2008; Bennett e Dearden 2014; Domanski, Howaldt e Kaletka 2020; Audretsch, Eichler e Schwarz 2022
	Redes e colaborações	Locatelli, Rojas e Salinas 2008; Bennett e Dearden 2014; Domanski, Howaldt e Kaletka 2020; Audretsch, Eichler e Schwarz 2022
	Acesso aos recursos e financiamentos locais e tecnologias	Baral, Stern e Bhattarai 2008; Bennett e Dearden 2014; Domanski, Howaldt e Kaletka 2020; Audretsch, Eichler e Schwarz 2022
Dimensão Sociocultural/Cultura e Capital Humano	Bem-estar social para as comunidades	Polèse e Shearmur 2006; Baral, Stern e Bhattarai 2008; Bennett e Dearden 2014; Domanski, Howaldt e Kaletka 2020; Audretsch, Eichler e Schwarz 2022
	Promoção da cultura local	Baral, Stern e Bhattarai 2008; Audretsch, Eichler e Schwarz 2022
	Empreendedorismo e habilidades de liderança	Bennett e Dearden 2014; Domanski, Howaldt e Kaletka 2020; Audretsch, Eichler e Schwarz 2022
	Atores sociais, institucionais e organizacionais	Bennett e Dearden 2014; Domanski, Howaldt e Kaletka 2020; Audretsch, Eichler e Schwarz 2022
	Engajamento comunitário e participação cívica	Bennett e Dearden 2014; Domanski, Howaldt e Kaletka 2020; Audretsch, Eichler e Schwarz 2022
Dimensão Ambiental/ Suporte	Sustentabilidade local (perspectivas sustentáveis nos produtos, processos e serviços)	Baral, Stern e Bhattarai 2008; Bennett e Dearden 2014; Domanski, Howaldt e Kaletka 2020; Audretsch, Eichler e Schwarz 2022
	Consciência e educação ambiental	Baral, Stern e Bhattarai 2008; Bennett e Dearden 2014; Domanski, Howaldt e Kaletka 2020; Audretsch, Eichler e Schwarz 2022

Outro aspecto crucial é a identificação de lacunas em serviços existentes, criando oportunidades para intervenções sociais. Pesquisas de Bennett e Dearden (2014) e Ioppolo *et al.* (2016) examinam como essas lacunas

podem ser preenchidas por soluções inovadoras. Essas lacunas, quando identificadas corretamente, abrem espaço para iniciativas que atendam melhor às necessidades da população.

Na Dimensão Política, os ambientes regulatório e político moldam e influenciam as iniciativas de IS para o DL. Políticas favoráveis, governança eficaz e parcerias estratégicas são essenciais para um Ecossistema de Inovação Social (EIS) robusto. As principais categorias de análise incluem regulamentações e estruturas legais como cruciais para a viabilidade das ISs. Estudos de Polèse e Shearmur (2006) e Carayannis *et al.* (2021) discutem o impacto das estruturas jurídicas nas ISs. Além disso, estratégias e diretrizes governamentais amplas que afetam o desenvolvimento de IS são analisadas por alguns autores como Locatelli, Rojas e Salinas (2008) e Terstriep, Rehfeld e Kleverbeck (2020). A colaboração entre entidades governamentais e privadas é vital para o sucesso das ISs. Bennett e Dearden (2014) e Audretsch, Eichler e Schwarz (2022) exploram a dinâmica dessas parcerias, evidenciando como elas podem potencializar os resultados das ISs.

A Dimensão Econômica/Mercado abrange a capacidade do mercado de absorver e sustentar soluções inovadoras, promovendo crescimento econômico, criação de emprego e desenvolvimento de empreendimentos sociais. O desenvolvimento econômico local é frequentemente impulsionado por IS e políticas locais, conforme discutido por Denicolai, Cioccarelli e Zucchella (2010) e Percoco (2010). Além disso, conexões entre diferentes atores facilitam a inovação e o desenvolvimento econômico. Estudos de Domanski, Howaldt e Kaletka (2020) e Andion *et al.* (2022) destacam a importância dessas redes. A disponibilidade de recursos financeiros e tecnológicos é crucial para a sustentabilidade das ISs. Pesquisas de Alcaide Lozano *et al.* (2019) e Pel *et al.* (2020) enfatizam essa necessidade, mostrando como o acesso adequado a esses recursos pode garantir o sucesso a longo prazo das iniciativas.

Na Dimensão Sociocultural/Cultura e Capital Humano, a criação de soluções eficazes e sustentáveis depende da consideração dos valores culturais e do desenvolvimento do capital humano. As categorias de análise incluem iniciativas que melhoram as condições de vida e promovem o desenvolvimento humano são essenciais. Estudos de Baral, Stern e Bhattarai (2008) e Unceta *et al.* (2020) discutem a promoção do bem-estar social. Além disso, a valorização das práticas culturais locais contribui para a identidade comunitária. Delicado, Figueiredo e Silva (2016) e Audretsch, Eichler e Schwarz (2022) exploram essas iniciativas.

Fomentar atividades empreendedoras e desenvolver habilidades de liderança impulsionam o crescimento social. Pesquisas de Slimane e Lamine (2017) e Carayannis *et al.* (2021) analisam esses aspectos, evidenciando como o desenvolvimento de habilidades pode fortalecer as comunidades. Diferentes partes interessadas desempenham papéis cruciais na implementação de IS. Estudos de Andion *et al.* (2022) discutem a importância desses atores. A inclusão ativa dos membros da comunidade é vital para a implementação de políticas sociais. Pesquisas de Domanski, Howaldt e Kaletka (2020) e Terstriep, Rehfeld e Kleverbeck (2020) destacam essa importância.

Na Dimensão Ambiental/Suporte, as ISs devem considerar os impactos ambientais de suas atividades, promovendo práticas ecologicamente sustentáveis. As principais categorias de análise são a implementação de práticas sustentáveis em produtos, processos e serviços que são essenciais para minimizar o impacto ambiental. Pesquisas de Bennett e Dearden (2014) e Pel *et al.* (2020) abordam essas práticas. Além disso, aumentar a conscientização sobre questões ambientais é crucial para engajar a comunidade em ações sustentáveis. Estudos de Alijani *et al.* (2016) e Audretsch, Eichler e Schwarz (2022) discutem a importância da educação ambiental.

Integrar essas dimensões de forma holística fortalece a capacidade dos EISs de catalisar o DL sustentável, abordando aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais das comunidades. Na próxima seção são apresentados os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa.

## Procedimentos metodológicos

Este artigo compõe o terceiro estudo de uma dissertação estruturada em três artigos. Fundamenta-se nas análises realizadas nos dois primeiros estudos, que mapearam e analisaram a produção científica sobre os temas “Ecossistemas de Inovação Social (EISs)” e “Desenvolvimento Local (DL)” por meio de revisão integrativa e análises bibliométricas na base *Web of Science*. A partir desses levantamentos, foram selecionados os dez estudos mais relevantes de cada temática. A escolha baseou-se em critérios objetivos, como: (i) elevada recorrência nas análises bibliométricas; (ii) impacto teórico consolidado no campo; (iii) contribuições metodológicas robustas; e (iv) alinhamento direto com os objetivos desta pesquisa. Tais publicações fornecem os fundamentos teóricos e empíricos essenciais para a proposição do *framework* apresentado neste artigo.

Desse modo, este estudo teve como objetivo identificar e discutir os principais elementos dos Ecossistemas de Inovação Social (EISs) que se relacionam com o Desenvolvimento Local (DL). Para tanto, optou-se por uma abordagem qualitativa de natureza exploratória. De acordo com Creswell (2010), a investigação qualitativa baseia-se em variadas estratégias de investigação e utiliza diversas percepções filosóficas, métodos de coleta, análise e interpretação de dados. Desse modo, por meio da combinação de revisões bibliográficas, análises bibliométricas avançadas e entrevistas semiestruturadas, desenvolveu-se um estudo qualitativo interpretativista.

A análise de conteúdo das entrevistas seguiu os princípios metodológicos de Bardin (2011), que descreve as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Para a codificação dos dados, foram utilizadas categorias temáticas, com o objetivo de identificar padrões e recorrências nas respostas dos entrevistados. A abordagem qualitativa adotada neste estudo baseia-se nos princípios descritos por Creswell (2010), que destaca a flexibilidade e a natureza exploratória da pesquisa qualitativa, permitindo uma análise interpretativa e profunda dos dados.

Para alcançar o objetivo de pesquisa proposto, inicialmente foi articulado um *framework* teórico sugerindo os principais elementos dos EISs que se relacionam com DL. A tabela, a seguir, demonstra os principais estudos que nortearam a proposição do *framework*.

**Tabela 1:** Principais produções norteadoras para proposição de *Framework* teórico

Ord.	EIS	DL
1	Domanski, Howaldt e Kaletka 2020	Baral, Stern e Bhattarai 2008
2	Pel <i>et al.</i> , 2020	Bennett e Dearden 2014
3	Carayannis <i>et al.</i> , 2021	Denicolai, Cioccarelli e Zucchella 2010
4	Terstriep, Rehfeld e Kleverbeck 2020	Waltert e Schläpfer 2010
5	Slimane e Lamine 2017	Percoco 2010
6	Audretsch, Eichler e Schwarz 2022	Polèse e Shearmur 2006
7	Alcaide Lozano <i>et al.</i> , 2019	Ioppolo <i>et al.</i> , 2016
8	Unceta <i>et al.</i> , 2020	Delicado, Figueiredo e Silva 2016
9	Alijani <i>et al.</i> , 2016	Bateman, Duvendack e Loubere 2019
10	Andion <i>et al.</i> , 2022	Locatelli, Rojas e Salinas 2008

O *framework* inicial foi constituído conforme seus elementos preliminares, delineados por meio de cinco dimensões: Necessidades Sociais Locais, Política, Econômica/Mercado, Sociocultural/Cultura e Capital Humano, e Ambiental/Suporte. Cada dimensão recebeu suas respectivas categorias de análise.

A segunda etapa deste estudo consistiu na validação do *framework* proposto. Creswell (2010) sugere que entrevistas podem ser vantajosas devido à possibilidade de os participantes fornecerem informações históricas, enquanto o pesquisador controla a linha de questionamento. Além disso, é possível capturar formas de linguagem, expressões e comentários através da coleta de material discursivo e expressivo. Optou-se por realizar a validação do modelo proposto por meio de entrevistas semiestruturadas com especialistas nas temáticas. A escolha dos participantes considerou seus conhecimentos teóricos e empíricos sobre as temáticas abordadas, suas publicações relevantes e suas áreas de atuação (Tabela 2). Dessa forma, foram convidados 16 especialistas, dos quais 6 aceitaram participar.

As entrevistas foram realizadas por videoconferência, utilizando a plataforma Google Meet, o que possibilitou a participação de especialistas localizados em diferentes Unidades Federativas (UFs) do Brasil. Durante cada sessão, foram efetuadas anotações manuscritas e gravações em áudio, assegurando a integridade do conteúdo registrado.

Tabela 2: Informações sobre entrevistados

Entrevistados	Áreas de estudo/atução	UFs	Datas	Durações
E1	Inovação social, empreendedorismo social, negócios de impacto social, responsabilidade socioambiental, desenvolvimento sustentável	MT	06/05/24	22min32seg
E2	Empreendedorismo social, cooperativismo, economia solidária, sustentabilidade, negócios de impacto, inovação social, desenvolvimento sustentável, gestão e políticas públicas, desenvolvimento local	RJ	10/05/24	54min58seg
E3	Responsabilidade social, empreendedorismo sustentável, negócios sociais, inovação social, turismo de base comunitária, indicadores de sustentabilidade	PE	14/05/24	58min47seg
E4	Inovação social, empreendedorismo social, negócios de impacto, liderança sustentável, gestão social, tecnologia e empreendedorismo e análise de dados qualitativos	RS	20/05/24	33min52seg
E5	Ética e gestão social, inovação social, consumo e sustentabilidade, participação e desenvolvimento local, esg, relações e parcerias intersetoriais, responsabilidade social e empresarial	MG	13/06/24	51min07seg
E6	Inovação e inovação social, ESG, educação empreendedora, economia criativa, empreendedorismo de impacto socioambiental positivo, desenvolvimento local, planejamento de negócios, políticas públicas,	RJ	19/06/24	33min54seg

A transcrição das entrevistas foi conduzida com o auxílio do *software* Transkriptor, que converte automaticamente a linguagem falada em texto. Posteriormente, os registros foram revisados manualmente com o objetivo de garantir a fidelidade e a precisão das falas. Para a análise dos dados, foi empregada a técnica de análise de conteúdo conforme os princípios metodológicos de Bardin (2011), abrangendo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos. A leitura interpretativa do material transcrito buscou identificar padrões discursivos, recorrências temáticas e contribuições específicas associadas à construção e validação do *framework* teórico proposto.

A categorização das respostas foi realizada de forma manual e interpretativa, sem a utilização de *softwares* de análise textual, com base nos critérios de coerência temática, interpretação contextual e articulação com o referencial teórico previamente estruturado. A Figura 2 sintetiza graficamente os procedimentos metodológicos adotados ao longo da pesquisa, desde a etapa de levantamento bibliográfico até o processo de validação empírica do modelo proposto.

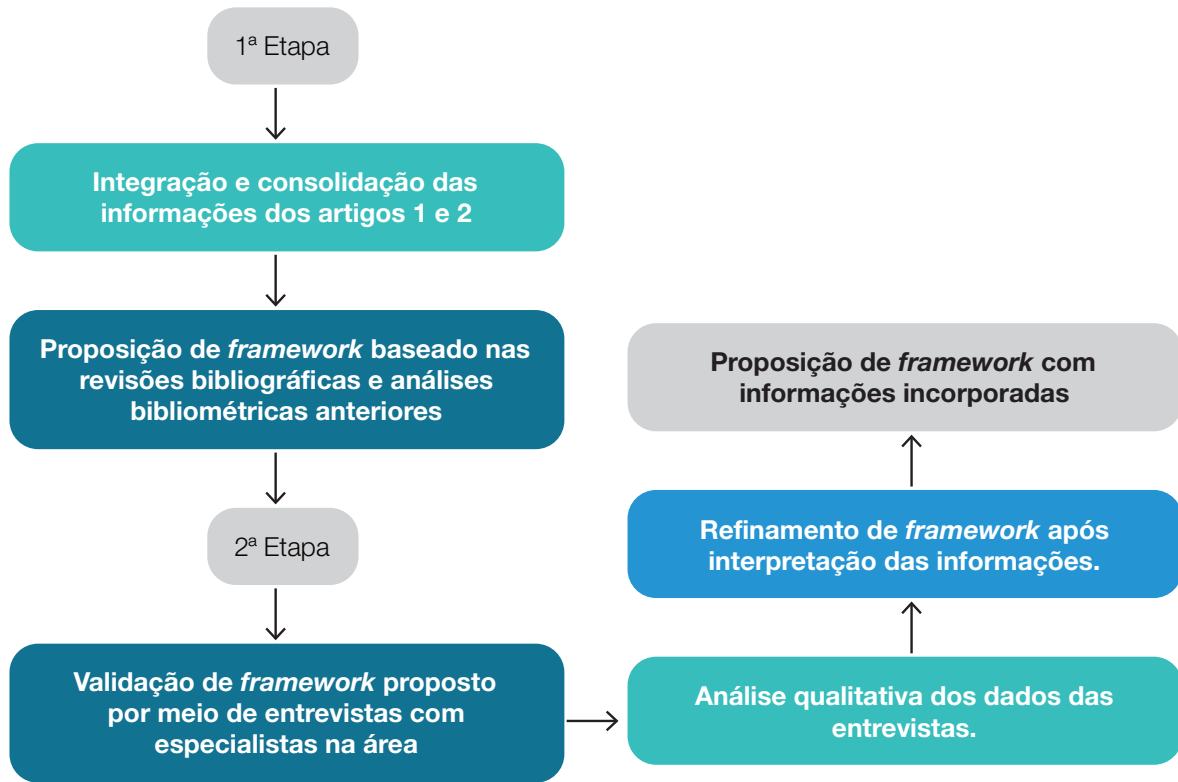


Figura 2: Síntese do processo metodológico  
 Fonte: Próprios autores (2024)

Os resultados são apresentados e discutidos na seção a seguir.

## Resultados

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa obtidos a partir das entrevistas e análise de conteúdo. Durante as entrevistas, foram apresentadas aos especialistas as seguintes definições de Ecossistemas de Inovação Social (EISs) e Desenvolvimento Local (DL) com base na interpretação da literatura, conforme demonstrado na Tabela 2. Os especialistas foram questionados se concordavam com essas definições preliminares.

Quadro 2: Definição preliminar de EIS e DL

Definições preliminares	
Ecossistemas de Inovação Social	Desenvolvimento Local
Sistemas complexos que utilizam a Inovação Social para desenvolver estratégias que melhorem a utilização de recursos e ativos disponíveis, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável. Esse processo envolve múltiplos <i>stakeholders</i> com objetivos comuns, que compartilham informações e recursos.	Uma abordagem multidisciplinar focada no fortalecimento das comunidades e regiões, promovendo crescimento econômico, social e cultural em nível local. Envolve a mobilização de recursos e participação ativa da comunidade para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Os entrevistados E2 e E5 sugeriram modificações na conceituação de EIS, ressaltando que nem sempre os interesses entre os *stakeholders* são comuns; os objetivos muitas vezes podem ser divergentes ou até mesmo opostos, mas ainda assim apoiados por todos. Isso revela uma necessidade de reconhecer a complexidade e a negociação entre diferentes interesses dentro dos EISs, o que é corroborado por alguns autores, tais como Mulgan (2006) e Howaldt e Schwarz (2010), que destacam a importância de conciliar diferentes perspectivas para alcançar objetivos compartilhados.

Além disso, os entrevistados E1, E5 e E6 deram ênfase à questão do território, sugerindo evidenciar o termo. A importância do território nas discussões sobre DL é amplamente discutida na literatura, onde alguns autores, tais como Storper (1997) e Pike *et al.* (2007), enfatizam a relevância do contexto territorial na formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento. Outras sugestões incluíram a substituição dos termos “desenvolvimento sustentável” por “alcançar a sustentabilidade” (E5), “inovação social” por “aprimoramento constante” (E6), “regiões” por “territórios” (E6) e “comunidades” por “segmentos populacionais” (E6). Essas modificações visam uma maior precisão terminológica e alinhamento com as práticas contemporâneas de desenvolvimento e inovação.

O entrevistado E2 também destacou a importância de incluir igualdade e bem-estar social na conceituação de EIS, refletindo uma perspectiva alinhada com a teoria de justiça social de Fraser (1995) e Sen (1999), que argumentam pela inclusão dessas dimensões para uma inovação verdadeiramente inclusiva. O entrevistado E5 ressaltou que, na conceituação de DL, o aspecto sociocultural não apenas cresce, mas pode florescer e se fortalecer. Além disso, enfatizou a importância de evidenciar a dimensão política, um ponto também levantado por alguns autores, tais como Healey (1997) e Moulart *et al.* (2007), que discutem a centralidade da governança e das estruturas políticas no desenvolvimento local.

Com base nas sugestões dos entrevistados, as definições foram revisadas e apresentadas no quadro 3.

**Quadro 3:** Definição de EIS e DL

Definições depois das entrevistas	
Ecosistemas de Inovação Social	Desenvolvimento Local
Sistemas complexos de aprimoramento constante que empregam estratégias que melhorem a utilização de recursos e ativos disponíveis, com o objetivo de alcançar a sustentabilidade, igualdade e bem estar social. Esse processo envolve múltiplos <i>stakeholders</i> que compartilham informações e recursos visando finalidades apoiadas por todos.	Uma abordagem multidisciplinar focada no desenvolvimento de territórios e segmentos populacionais, promovendo o fortalecimento econômico, social e cultural em nível local. Engloba perspectivas políticas e envolve a mobilização de recursos e a participação de diversos atores, visando alcançar a sustentabilidade.

Após a análise das conceituações, a sequência das entrevistas focou na análise das dimensões sugeridas e suas respectivas categorias de análise em relação aos EIS e DL. Cada participante da pesquisa teve a oportunidade de dar sugestões de melhorias, bem como de retirar ou acrescentar dimensões e categorias. Este processo de refinamento colaborativo é essencial para

garantir que as definições e categorias de análise sejam abrangentes e alinhadas com as realidades e necessidades dos *stakeholders* envolvidos.

## Principais elementos dos ecossistemas de inovação social que se relacionam com desenvolvimento local após validação dos especialistas

O estudo identificou e validou, com especialistas, os principais elementos dos ecossistemas de inovação social que se relacionam com o desenvolvimento local. Os elementos analisados foram considerados essenciais para compreender como iniciativas de inovação social podem impulsionar o desenvolvimento local. Entre esses elementos, destacam-se as necessidades sociais locais, que fornecem o contexto geral para as intervenções; os recursos e as capacidades existentes na comunidade; as redes de colaboração entre diferentes atores; e as políticas públicas que apoiam ou limitam essas iniciativas.

### *Elemento 1: Necessidades sociais locais como contexto geral do local*

O *framework* proposto apresentou as Necessidades Sociais Locais como uma dimensão principal, focando nos desafios locais e no processo criativo de Inovação Social (IS) para a solução desses problemas. Compreendeu-se que tais iniciativas contribuem significativamente para as perspectivas do Desenvolvimento Local (DL), uma visão sustentada por autores como Moulaert *et al.* (2005), que discutem a importância das ISs no contexto do desenvolvimento territorial. As categorias de análise dessa dimensão, apresentadas aos especialistas, incluíram: contexto cultural e social; problemas sociais locais; e lacunas em serviços existentes.

Os especialistas inicialmente sugeriram que as Necessidades Sociais Locais não fossem tratadas como uma dimensão isolada, mas sim como o contexto geral em que ocorre todo o processo de intervenção por meio das ISs. Esse contexto holístico serve como plano de fundo para as outras dimensões, e suas respectivas categorias de análise permanecem relevantes. Esta abordagem é apoiada por alguns autores, tais como Howaldt e Schwarz (2010), que enfatizam a natureza integrativa e multifacetada das ISs no contexto local.

No que se refere à questão institucional, E1 articulou que as instituições desempenham um papel crucial, subsidiando e dinamizando esses movimentos, com a estrutura legal também fazendo parte desse campo. Este ponto é corroborado por North (1990), que destaca o papel das instituições na configuração do desenvolvimento econômico. E3 ressaltou a importância das regulamentações e estruturas legais presentes, alinhando-se com a perspectiva de Scott (1995) sobre a importância das estruturas regulatórias. E4 argumentou que as necessidades surgem dos “buracos” ou “vazios institucionais” e “problemas públicos”, levando as pessoas a se organizarem para superá-las. Este fenômeno é discutido por Ostrom (1990) em seu trabalho sobre a gestão comunitária de recursos comuns. E5 destacou a previsibilidade institucional, referindo-se às “regras do jogo”, um conceito central na teoria institucional.



No que se refere à questão territorial, E1 destacou a importância de observar as influências do macroambiente e a questão da territorialidade. Estudos sobre EIS possuem aspectos mistos quanto aos níveis espaciais dos ecossistemas, com alguns autores, tais como Domanski, Howaldt e Kaletka (2020) e Pel *et al.* (2020), discutindo EIS como complexos separados de um nível local específico, enquanto Terstriep, Rehfeld e Kleverbeck (2020) abordam o nível regional. E5 e E6 complementaram sugerindo que o território seja central na temática de DL, enfatizando que seu conceito se dá a partir da territorialidade, incluindo também o contexto das cidades. Esta visão é apoiada por alguns autores, tais como Storper (1997) e Pike *et al.* (2007), que destacam a importância do território e da territorialidade no desenvolvimento regional.

Quanto às categorias de análise do contexto geral do local, a primeira sugestão foi separar os contextos cultural e social, reconhecendo suas características específicas. Essa abordagem é sustentada por Bourdieu (1986), que discute as diferenças e interações entre capital cultural e social. A segunda sugestão foi considerar não apenas os aspectos negativos, mas também os positivos do contexto. E5 destacou a importância de reconhecer as soluções sociais já reproduzidas pela comunidade, além dos problemas. Este ponto é alinhado com a teoria de capacitação de Sen (1999), que enfatiza as capacidades e competências locais.

E6 sugeriu que, além de identificar problemas, fosse levantada a competência e *expertise* das pessoas locais. Essa perspectiva é refletida nos trabalhos de Putnam (2000), que discute o papel do capital social e das redes de confiança na coesão comunitária e no desenvolvimento local.

Dessa forma, “Problemas sociais locais” e “Lacunas em serviços existentes” foram alterados para “Problemas e virtudes sociais locais” e “Lacunas e fortalezas em serviços existentes”, respectivamente, abrindo espaço para incluir questões sobre igualdades e desigualdades. Além disso, a dinâmica dos atores, anteriormente categorizada como “[...]atores sociais, organizacionais e institucionais[...].” na dimensão sociocultural, foi dividida em duas perspectivas: a identificação e escuta de atores sociais, organizacionais e institucionais, refletindo sua atuação abrangente em todas as dimensões.

Compreender o contexto de Necessidades Sociais Locais requer a participação de todos os atores envolvidos. Inicialmente, é importante identificá-los e mapeá-los, seguido pela etapa de escuta, para obter um diagnóstico prévio do cenário. E4 enfatizou a importância da integração e construção coletiva, destacando que a IS só faz sentido se houver essa colaboração. Esta abordagem é apoiada por Bryson, Crosby e Stone (2006), que discutem a gestão de colaborações multisetoriais.

Escuta de todos, de atores sociais, institucionais e organizacionais. Porque, na verdade, uma inovação social só vai fazer sentido se houver essa integração. Não adianta eu chegar numa comunidade e dizer o que é melhor para ela. Eu tenho que chegar lá com conhecimento da universidade e tentar desenvolver algo que ela ache que é melhor para ela. Auxiliar nesse caminho. Não é uma imposição, é uma construção coletiva (E4).

Essa abordagem viabiliza a compreensão das necessidades sociais presentes no ambiente e, por meio da interação entre todos os atores, são elaboradas as soluções mais adequadas. E6 destacou a importância de incluir formação cidadã, no sentido de cobrar direitos, enquanto E5 enfatizou que esse processo de comunicação reforça os vínculos de confiança e credibilidade nas relações, uma visão alinhada com os estudos de Habermas (1984) sobre comunicação e ação coletiva. Os resultados da discussão abordada são resumidos no quadro a seguir.

**Quadro 4:** Resumo dos resultados acerca do contexto de Necessidades Sociais Locais

Proposição preliminar		Depois das entrevistas	
Dimensão	Categorias de análise	Contexto geral do local	Categorias de análise
Necessidades Sociais Locais	Contexto cultural e social	Necessidades Sociais Locais	Contexto cultural
	Problemas sociais locais		Contexto social
	Lacunas em serviços existentes		Problemas e virtudes sociais locais
			Lacunas e fortalezas em serviços existentes
			Identificação e escuta de atores sociais, organizacionais e institucionais

*Elemento 2: Dimensão política*

A dimensão política foi apresentada no *framework* preliminar como um elemento essencial na relação dos Ecossistemas de Inovação Social (EISs) com o Desenvolvimento Local (DL). As categorias identificadas e apresentadas aos especialistas para análise foram: Regulamentações e Estrutura Legal, Políticas Gerais, e Parcerias Público-Privadas. Embora os especialistas não tenham sugerido alterações na dimensão como um todo, eles trouxeram novas perspectivas para suas categorias de análise, conforme exposto a seguir.

Alguns especialistas concordaram que a categoria regulamentações e estrutura legal deveria estar presente na dimensão política. No entanto, outros aprofundaram a discussão, argumentando que regulamentações e estrutura legal são aspectos mais complexos e fazem parte do institucional (E1, E3 e E5). Na ótica de E5, essas regulamentações estão presentes na dimensão política, mas também na ambiental e em outras áreas. E3 destacou que regulamentações e estrutura legal estão presentes no ambiente geral: “Não é o ecossistema que faz a regulamentação. Quem vai fazer regulamentação são os atores do Desenvolvimento Local.” (E3)

Essa visão sugere que, embora as regulamentações e a estrutura legal influenciem o ecossistema, elas são criadas e geridas fora dele, pelos atores institucionais. A literatura investigada neste estudo apoia essa visão, mostrando que regulamentações são influências externas ao ecossistema, mas essenciais para o seu funcionamento (Locatelli, Rojas & Salinas, 2008; Denicolai, Cioccarelli & Zucchella, 2010; Percoco, 2010; Delicado, Figueiredo & Silva, 2016; Iappolo *et al.*, 2016; Bateman, Duvendack & Loubere, 2019).

De acordo com Douglass North em “Institutions, Institutional Change and Economic Performance”, as instituições e regulamentações são fundamentais para o desenvolvimento econômico, mas operam em um nível macro, influenciando diretamente as ações no nível micro.

Com base nas discussões, os especialistas recomendaram renomear a categoria de “Regulamentações e Estrutura Legal” para “Governança”. E1, E2, E3 e E4 destacaram a importância da governança como um processo inclusivo onde múltiplos atores participam ativamente na tomada de decisões e implementação de políticas: “Para você chegar do micro, que são ecossistemas de inovação social, para o macro, que é Desenvolvimento Local, obrigatoriamente você vai ter que ter uma governança para isso acontecer.” (E3)

A teoria política contemporânea, como discutida por Ostrom (1990) em “*Governing the Commons*” e Putnam (1993) em “*Making Democracy Work*”, enfatiza a importância da governança colaborativa para o desenvolvimento sustentável. Ostrom (1990) defende que a governança eficaz envolve a participação ativa de múltiplos atores, incluindo cidadãos, organizações e instituições governamentais, em um processo de tomada de decisão inclusivo e transparente. Putnam (1993) destaca que a construção de capital social e a cooperação entre diferentes segmentos da sociedade são essenciais para a eficácia das políticas públicas e o desenvolvimento local.

A categoria “Políticas Gerais” foi criticada por ser vaga e não refletir a especificidade necessária. Os especialistas E3, E5 e E6 sugeriram a mudança para “Políticas Públicas” para maior precisão: “No lugar de políticas gerais, eu colocaria políticas públicas. Porque políticas gerais é um termo muito vago, não dialoga com uma tradição da literatura e administração pública.” (E5). Esta mudança é suportada pela literatura sobre políticas públicas, como descrito por Dye (2012) que define políticas públicas como o que os governos escolhem fazer ou não fazer. Políticas públicas são específicas, direcionadas e têm um impacto direto e mensurável no desenvolvimento local.

Inicialmente denominada “Parcerias Público-Privadas”, esta categoria foi sugerida para ser renomeada para “Relações Público-Privadas” para refletir uma visão mais ampla e inclusiva das interações entre setores: “Parceria público-privada pode ser especificamente as relações de concessão, mas a relação entre os entes privados e os entes públicos para promover qualquer coisa é simplesmente uma relação.” (E2)

A teoria das redes e das parcerias, discutida por Powell (1990), sugere que as relações entre o setor público e privado são multifacetadas e essenciais para a inovação e desenvolvimento econômico. As relações público-privadas abrangem uma ampla gama de interações que vão além das parcerias formais, incluindo colaborações informais, coprodução de serviços e inovação conjunta. Os resultados da discussão abordada são resumidos no quadro a seguir.

**Quadro 5:** Resumo dos resultados acerca da dimensão política

Proposição preliminar		Depois das entrevistas	
Dimensão	Categorias de análise	Dimensão	Categorias de análise
Política	Regulamentações e estrutura legal	Política	Governança
	Políticas gerais		Políticas públicas
	Parcerias público-privadas		Relações público-privadas

*Elemento 3: dimensão econômica*

Esta dimensão é crucial na perspectiva de relação dos EISs com DL, pois configura a estrutura econômica local por meio das soluções inovadoras e abrange também a capacidade de mercado. As categorias de análise apresentadas aos entrevistados consistiram em Desenvolvimento econômico local; Redes e colaborações; e Acesso aos recursos e financiamentos locais e tecnologias. Os entrevistados E3, E4 e E5, de forma direta e/ou indireta, sugeriram que a dimensão econômica/mercado deve ser apenas “Dimensão econômica”, sendo mercado uma categoria desse campo, desse modo, a alteração foi realizada e adicionada a categoria de análise “Contexto do setor de mercado”.

Sobre essa dimensão, o entrevistado E2 destacou sobre a importância da questão da geração de renda e receita.

... porque essa é uma dimensão econômica, porque é uma questão de inovação social e promover o Desenvolvimento Local, se ele gera renda e receita, renda para as pessoas e receita para as empresas, e se ele gera inovação social realmente, produtos e serviços inovadores... (E2).

E2 ressalta ainda que a forma de mensuração de desenvolvimento não se resume mais apenas ao Produto Interno Bruto (PIB), mas também inclui o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nessa perspectiva. Ressaltando que IDH é mais complicado, por ser mais holístico, mas não está incluindo apenas renda, analisa longevidade e risco. Isso é importante para interrelacionar a dimensão econômica das dimensões sociocultural, política e ambiental.

A dimensão econômica transcende as questões de mercado e, portanto, não podem ser tratadas como sinônimos, pois abordam aspectos diferentes (E2, E3, E4 e E5). O mercado é importante no contexto econômico, mas não resume toda a dimensão econômica. Dado isso, foi introduzida uma nova categoria de análise: “Contexto do Setor de Mercado”. Os entrevistados E3 e E5 aprofundaram suas explicações sobre essa distinção:

O conceito de economia é isso, gestão de recursos escassos, que estão no campo do orçamento público, das políticas públicas, por exemplo. Então, eu acho que tem que tomar cuidado ali para não confundir o econômico com o mercado. Inclusive porque mercado pode ser atravessado por questões sociais, culturais, políticas e até de interação com o meio ambiente. Mas dimensão econômica acho que dá conta muito bem da coisa. Só a barra mercado ali que eu acho um pouco complicada. (E5)

E5 enfatiza que a economia envolve a gestão de recursos escassos, que abrange o orçamento público e as políticas públicas. Enquanto o mercado pode ser influenciado por fatores sociais, culturais, políticos e ambientais, a dimensão econômica lida de forma mais abrangente com a gestão desses recursos.

A distinção entre mercado e economia é fundamentada na teoria econômica. O mercado é uma estrutura onde ocorrem trocas de bens e serviços, enquanto a economia é um sistema mais amplo que envolve a produção, distribuição e consumo de bens e serviços, além da gestão de recursos. Segundo alguns autores, tais como Adam Smith e John Maynard Keynes (1936), a economia engloba tanto os mercados quanto as políticas e instituições que regulam e facilitam essas trocas (Case, Fair & Oster, 2017).

Portanto, a introdução da categoria “Contexto do Setor de Mercado” é justificada para abordar especificamente as relações de produção e consumo dentro do ecossistema de inovação social, sem confundir com a mais ampla e complexa dimensão econômica que envolve a gestão de recursos, políticas públicas e interações sociais.

Essa abordagem permite uma análise mais precisa e compreensiva do ecossistema de inovação social, reconhecendo a importância do mercado, mas sem reduzir a dimensão econômica a ele.

A categoria de “Desenvolvimento Econômico Local” foi amplamente discutida pelos especialistas. E1, E3, e E4 argumentaram que “Desenvolvimento” é um termo muito amplo, enquanto E2 e E5 consideraram que não faz sentido como uma categoria de análise específica. Consequentemente, foi acordado que a categoria deveria ser modificada para “Características Econômicas Locais” para permitir uma análise mais focada e específica das particularidades econômicas de uma região.

O desenvolvimento econômico local é um conceito que abrange uma ampla gama de atividades e políticas destinadas a melhorar as condições econômicas e a qualidade de vida em áreas específicas. Conforme Porter (1990), o desenvolvimento econômico local envolve estratégias complexas que vão além de simples crescimento econômico, incorporando inovação, competitividade e sustentabilidade. Portanto, a categoria “Desenvolvimento Econômico Local” é ampla demais para uma análise específica, justificando a mudança para “Características Econômicas Locais”, que permite uma análise mais detalhada de aspectos específicos, como estrutura industrial, nível de empreendedorismo, e perfil de emprego.

Conforme discutido na dimensão anterior, a categoria “Redes e Colaborações” foi realocada para a dimensão política, no contexto da governança. Esta mudança foi baseada nas sugestões dos especialistas E3, E4, e E6, que enfatizaram a importância das redes e colaborações como elementos fundamentais da governança em ecossistemas de inovação social. A teoria de redes, como abordada por autores como Castells (2010) e Granovetter (1983), sugere que as redes de colaboração são cruciais para o desenvolvimento econômico e a inovação. Elas facilitam a transferência de conhecimento, recursos e apoio entre os diversos atores dentro de um ecossistema. Portanto, realocar “Redes e Colaborações” para a dimensão política reflete a importância dessas interações como mecanismos de governança e coordenação.

A última categoria, inicialmente “Acesso aos Recursos e Financiamentos Locais e Tecnologias”, foi subdividida para “Acesso aos Recursos e Financiamentos” e “Acesso às Tecnologias”, removendo-se a palavra “locais” (E3, E5 e E6). A decisão de subdividir esta categoria e remover a palavra

“locais” é fundamentada na necessidade de refletir a realidade das fontes de financiamento e tecnologia, que frequentemente transcendem as fronteiras locais. Como E6 argumenta:

Eu entendo que o local pra você é muito forte aqui na sua pesquisa, mas na hora de fazer rede, eu acho que é muito restrito a gente ficar só no local, morar só no local. Porque tem linhas de financiamento, a gente tá falando de dinheiro pra gente inovar, que não são territorializadas... Se eu ficar restrito, eu vou conseguir dinheiro nunca. Eu tenho que abrir portfólio, abrir o máximo possível a torneirinha pra ver quem chegar junto.

Alguns autores, tais como Markusen (1996) e Cooke (1992), destacam que a inovação e o financiamento frequentemente vêm de fontes externas à localidade, enfatizando a importância de redes globais e acesso a recursos externos. Portanto, ao remover a restrição ao “local”, a categoria passa a refletir melhor a realidade das fontes de financiamento e tecnologias disponíveis para promover a inovação e o desenvolvimento econômico. Os resultados da discussão abordada são resumidos no quadro a seguir.

**Quadro 6:** Resumo dos resultados acerca da Dimensão Econômica

Proposição preliminar		Depois das entrevistas	
Dimensão	Categorias de análise	Dimensão	Categorias de análise
Econômica/mercado	Desenvolvimento econômico local	Econômica	Características econômicas locais
	Redes e colaborações		Contexto do setor de mercado
	Acesso aos recursos e financiamentos locais e tecnologias		Acesso aos recursos e financiamentos
			Acesso às tecnologias

*Elemento 4: Dimensão sociocultural*

A proposição preliminar para essa dimensão consistia em “Sociocultural/ Cultura e Capital Humano”. Esta dimensão é crucial na abordagem de intersecção entre Ecossistemas de Inovação Social (EISs) e Desenvolvimento Local (DL), pois engloba questões culturais, sociais e de capital humano. As categorias de análise apresentadas aos entrevistados incluíram: bem-estar social para as comunidades; promoção da cultura local; empreendedorismo e habilidades de liderança; atores sociais, institucionais e organizacionais; e engajamento comunitário e participação cívica.

Os especialistas fizeram várias sugestões ao considerar esta dimensão. Os entrevistados E3 e E5 recomendaram remover “Cultura e Capital Humano” da nomenclatura da dimensão, argumentando que esses elementos deveriam ser tratados como categorias de análise dentro da dimensão sociocultural. E5, em particular, criticou o conceito de capital humano, considerando-o simplista e economicista, uma crítica ecoada por alguns autores, tais como Bourdieu (1986) e Fine (2001), que argumentam que a noção de capital humano tende a reduzir as pessoas a meros recursos econômicos. Dessa forma, a dimensão foi renomeada para “Dimensão Sociocultural”, e foi criada uma categoria de análise específica para “Capital Humano”, reconhecendo sua importância sem a sobrecarregar como título da dimensão.

Quanto às demais categorias de análise, não houve sugestões significativas para mudanças na categoria de “bem-estar social para as comunidades”. Embora E3 tenha apontado que bem-estar é difícil de definir ou medir, alguns autores, tal como Nussbaum (2011), destacam a importância de considerar o bem-estar em termos de capacidades e oportunidades reais disponíveis para os indivíduos. Essa perspectiva amplia a compreensão do bem-estar além das medidas econômicas tradicionais.

Em relação à categoria “promoção da cultura local”, E3 sugeriu removê-la, argumentando que é algo difícil de medir, similar ao ponto levantado sobre bem-estar. No entanto, E5 destacou que a cultura local é um dos itens dos direitos humanos e enfatizou que “[...]o social e o cultural não exatamente crescem, eles podem florescer, eles podem estar ali e se fortalecer”. Nesse sentido, a categoria foi alterada para “Fortalecimento da cultura local”, alinhando-se com autores, tal como Throsby (2001), que discutem a importância de fortalecer e preservar a cultura local como um recurso vital para a comunidade.

A categoria de análise “empreendedorismo e habilidades de liderança” foi realocada para a Dimensão Econômica, englobada pela categoria de análise “Contexto do setor de mercado”. Essa realocação reflete a interdependência entre o desenvolvimento econômico e o fortalecimento das capacidades empreendedoras locais, conforme discutido por alguns autores, tais como Schumpeter (1988) e Porter (1990).

As categorias “atores sociais, institucionais e organizacionais” e “engajamento comunitário e participação cívica” foram realocadas para a Dimensão Política, sendo englobadas pela categoria de “Governança”. Essa mudança reflete a importância da governança inclusiva e participativa na promoção de EIS e DL, uma ideia sustentada por autores como Healey (1997) e Moulaert *et al.* (2005).

A categoria “Identidade” foi adicionada como uma dimensão de análise na dimensão sociocultural, com base nas recomendações dos especialistas E5 e E6. A importância da identidade cultural é amplamente discutida na literatura, com alguns autores, tal como Castells (2004), destacando a identidade como fundamental para o senso de pertencimento e coesão social em comunidades locais. Os entrevistados E5 e E6 enfatizaram que a construção de uma identidade cultural sólida é crucial para reverter estigmas e desigualdades, especialmente entre povos originários e comunidades tradicionais. Eles apontaram que uma identidade local bem firmada eleva a autoestima e cria um sentimento de orgulho entre os moradores, promovendo a valorização das particularidades culturais em um mundo globalizado. Além disso, destacaram como a identificação de origem, muitas vezes usada em práticas de comércio justo, ajuda a reconhecer e valorizar os produtores locais. Incorporar a identidade como uma categoria de análise na dimensão sociocultural é fundamental para garantir que as iniciativas de EIS e DL respeitem e valorizem as particularidades culturais das comunidades locais. Essa inclusão reforça a importância de uma abordagem integrativa que reconheça e promova a diversidade cultural como um ativo para o desenvolvimento local. Os resultados da discussão abordada são resumidos no quadro a seguir.

**Quadro 7:** Resumo dos resultados acerca da Dimensão Sociocultural

Proposição preliminar		Depois das entrevistas	
Dimensão	Categorias de análise	Dimensão	Categorias de análise
Sociocultural/Cultura e Capital Humano	Bem-estar social para as comunidades	Sociocultural	Bem-estar social para as comunidades
	Promoção da cultura local		Fortalecimento da cultura local
	Empreendedorismo e Habilidades de Liderança		Capital Humano
	Atores sociais, institucionais e organizacionais		Identities
	Engajamento Comunitário e Participação Cívica		

*Elemento 5: dimensão ambiental*

A dimensão ambiental é indispensável como elemento de intersecção entre os Ecossistemas de Inovação Social (EISs) e o Desenvolvimento Local (DL), pois visa promover a sustentabilidade ambiental e a gestão eficiente dos recursos naturais, contribuindo para um desenvolvimento sustentável e resiliente. Nesse sentido, as categorias iniciais de análise consistiram em: Sustentabilidade local (perspectivas sustentáveis nos produtos, processos e serviços) e Consciência e Educação Ambiental.

Os especialistas recomendaram retirar a palavra “suporte” da nomenclatura, compreendendo que ela traz uma ambiguidade quando se trabalha com a temática de EIS. E2 argumentou que “suporte” pode ter dois significados distintos: suporte como alianças entre atores dos EISs e suporte no sentido de capacidade de resiliência e regeneração do ecossistema. Essa distinção é refletida nas discussões de Walker *et al.* (2004) sobre resiliência ecológica e organizacional. E3 concordou que a palavra pode não transmitir claramente a intenção da dimensão ambiental, enquanto E5 também recomendou sua retirada, sugerindo que “dimensão ambiental” seria suficiente. Com recorrência nas sugestões dos entrevistados, a dimensão foi alterada para apenas “Dimensão Ambiental”.

Para as categorias de análise, E1 sugeriu dividi-las em “Sustentabilidade local” e “Movimento gerencial (produtos, processos e serviços)”. E3 recomendou repensar a categoria “Sustentabilidade local (perspectivas sustentáveis nos produtos, processos e serviços)” devido à sua amplitude. E4 propôs mudar para “Perspectivas sustentáveis ambientalmente em produtos, processos e serviços”, enfatizando a especificidade ambiental. E5 sugeriu incluir a circularidade dos processos econômicos, alinhada com o conceito de economia circular discutido por Ellen MacArthur Foundation (2013), e a preservação dos recursos naturais. E6 recomendou inserir a categoria regeneração como uma forma de resiliência ou economia regenerativa, complementando a ideia de suporte como capacidade de resiliência.

Com base nas sugestões dos especialistas, a categoria de análise foi modificada para “Perspectivas sustentáveis ambientalmente (Economia Circular)”. Essa mudança visa especificar melhor a perspectiva ambiental e englobar todas as sugestões dos especialistas, incluindo a gestão de produtos, processos e serviços, a preservação dos recursos naturais, e a



circularidade dos processos econômicos, conforme discutido por Ghisellini *et al.* (2016) sobre economia circular.

Em relação à categoria “Consciência e Educação Ambiental”, E1 sugeriu dividi-la em “Consciência e sensibilização coletiva” e “Educação ambiental”. Esta distinção é suportada por alguns autores, tais como Kollmuss e Agyeman (2002), que discutem a diferença entre sensibilização ambiental e educação ambiental, onde a primeira envolve a percepção e atitude em relação ao meio ambiente, enquanto a segunda abrange o conhecimento e compreensão de questões ambientais. E5 sugeriu incluir uma categoria sobre “consumo sustentável e modos de vida”, destacando a necessidade de uma mudança no padrão civilizacional para uma vida mais sustentável, uma ideia alinhada com as discussões de Jackson (2005) sobre consumo sustentável.

Portanto, a categoria foi dividida em “Consciência e sensibilização coletiva” e “Educação ambiental”. Esta divisão permite abordar tanto a necessidade de sensibilização das comunidades quanto a educação formal sobre práticas sustentáveis. Incorporar essas sugestões amplia a abrangência das categorias e reforça a importância de uma abordagem holística para a sustentabilidade ambiental, reconhecendo a interdependência entre conhecimento, atitudes e práticas sustentáveis.

A dimensão ambiental, ao ser ajustada para melhor refletir as sugestões dos especialistas e a literatura acadêmica, demonstra a necessidade de especificidade e clareza nas categorias de análise. Ao incluir termos como “Economia Circular” e dividir a categoria de “Consciência e Educação Ambiental”, a dimensão se alinha melhor com as práticas e teorias contemporâneas de sustentabilidade, proporcionando um *framework* mais robusto para a intersecção entre EIS e DL.

Os resultados da discussão abordada são resumidos no quadro a seguir.

**Quadro 8:** Resumo dos resultados acerca da Dimensão Ambiental

Proposição preliminar		Depois das entrevistas	
Dimensão	Categorias de análise	Dimensão	Categorias de análise
Ambiental/ Suporte	Sustentabilidade local (perspectivas sustentáveis nos produtos, processos e serviços)	Ambiental	Perspectivas sustentáveis ambientalmente (Economia circular)
	Consciência e Educação Ambiental		Consciência e sensibilização coletiva
			Educação ambiental

Com base nessas informações coletadas e analisadas nas entrevistas com os especialistas na área, os elementos (dimensões e categorias de análise) foram reconfigurados e articulado um novo desenho representativo do *Framework*. No tópico a seguir, será apresentada a figura ilustrativa dessa discussão, contendo os principais elementos dos EISs que se relacionam com DL, seguida da sua descrição.

## Framework validado dos elementos de EISs que se relacionam com DL

As contribuições oriundas da validação empírica junto aos especialistas resultaram em um refinamento substancial do *framework*, tornando-o mais aderente à realidade complexa dos Ecossistemas de Inovação Social (EISs) e sua interface com o Desenvolvimento Local (DL). A versão final (Figura 3) representa com maior precisão as dinâmicas relacionais entre os elementos constitutivos do modelo e evidencia as influências externas que atravessam o sistema, reforçando a articulação entre níveis de análise e contextos de atuação.

Entre os principais ajustes propostos, destaca-se a reformulação da estrutura gráfica do modelo, com a substituição de formas geométricas rígidas por círculos interconectados e linhas pontilhadas, a fim de expressar visualmente a fluidez, a não linearidade e a interdependência que caracterizam os EISs e o DL. A sugestão de demarcar o limite externo do *framework* com linha pontilhada reforça a ideia de permeabilidade sistêmica, indicando que tais arranjos estão em constante interação com variáveis externas e contextos sociopolíticos dinâmicos.

Essas sugestões estão alinhadas com teorias de sistemas complexos, como discutido por Capra (1996), que enfatizam a importância de representações não lineares para refletir a natureza dinâmica e interligada dos sistemas sociais e ecológicos. Ao utilizar círculos e linhas pontilhadas, a representação gráfica transmite melhor a interdependência e a natureza não-hierárquica das relações entre os diversos elementos do EIS e DL.

Adicionalmente, os especialistas destacaram a necessidade de incluir no gráfico algumas externalidades que influenciam os EISs. Esta recomendação se baseia na compreensão de que os EISs não operam em isolamento, mas são constantemente influenciados por fatores externos, conforme discutido por alguns autores, tais como Geels (2002) e Smith et al. (2005), em seus estudos sobre transições sociotécnicas. Incluir essas externalidades no gráfico ajudará a ilustrar como fatores externos, como políticas públicas, mudanças econômicas e sociais, impactam e são impactados pelos EISs.

Também foi sugerido que as dimensões e suas categorias de análise sejam claramente representadas no gráfico. Isso assegura que todos os aspectos importantes do *framework* sejam visualmente acessíveis e compreensíveis, facilitando a análise e interpretação. Esta abordagem é sustentada por Bryson (2004), que enfatiza a importância de clareza e precisão na representação gráfica de *frameworks* complexos para facilitar a compreensão e a aplicação prática.

Portanto, a utilização de círculos e linhas pontilhadas na Figura 3 reflete a natureza dinâmica e interconectada dos EISs e DL. Incluir externalidades e detalhar as dimensões e suas categorias de análise fornece uma visão mais completa e precisa do sistema, alinhando-se com as melhores práticas em representações de sistemas complexos.

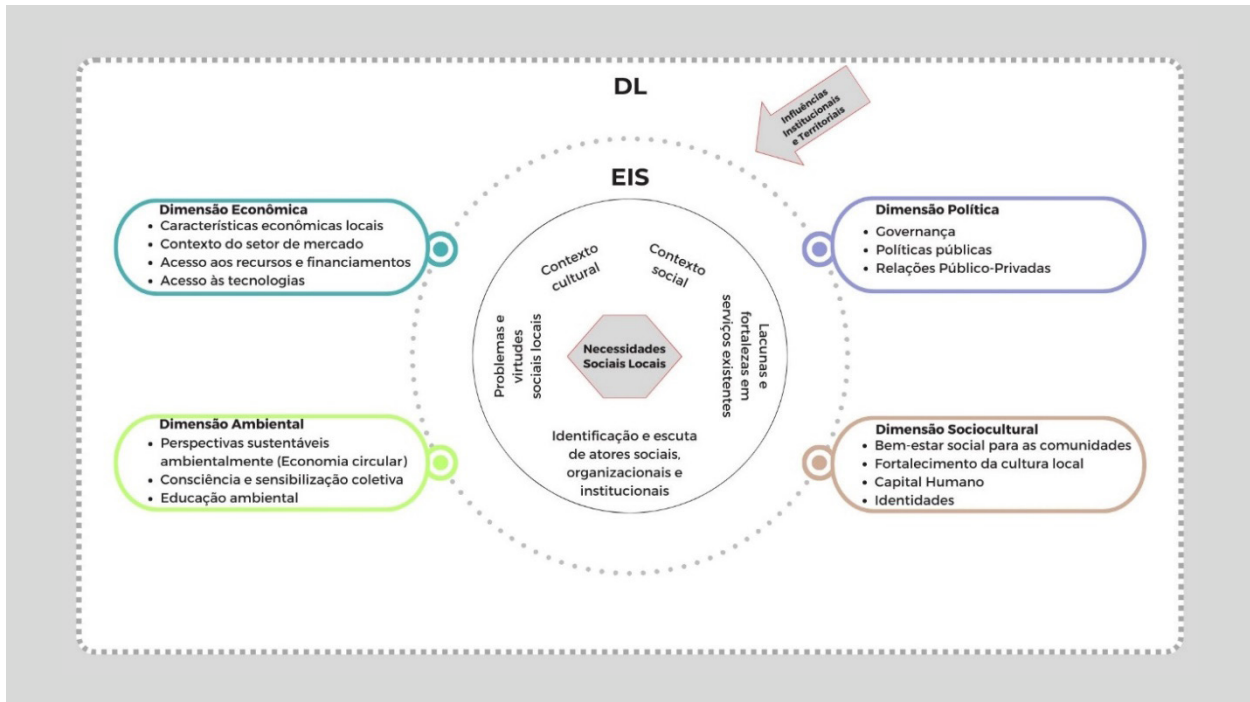


Figura 3: Framework dos elementos dos EISs que podem se relacionar com DL

A validação do *framework* teórico permitiu um refinamento importante em sua representação conceitual. A versão preliminar (Figura 1) pressupunha uma relação linear e direta entre Ecossistemas de Inovação Social (EISs) e Desenvolvimento Local (DL). Contudo, os especialistas consultados — em especial E2 e E3 — destacaram que os EISs constituem apenas uma das múltiplas formas de ecossistemas que contribuem para o DL. Com base nesse retorno, os EISs passaram a ser representados como subsistemas situados dentro da lógica mais ampla do desenvolvimento territorial. A nova configuração gráfica, com uso de círculos e quadrados pontilhados, busca evidenciar tanto as inter-relações entre dimensões quanto as externalidades que extrapolam os limites conceituais do *framework*.

A dimensão referente às necessidades sociais locais revelou-se central na configuração dos Ecossistemas de Inovação Social (EISs), ao evidenciar que a identificação de demandas coletivas não atendidas exige mais do que diagnósticos técnicos: requer a leitura situada dos contextos culturais, das lacunas institucionais e das dinâmicas sociais que estruturam a vida comunitária. A compreensão dessas especificidades locais constitui não apenas um insumo, mas uma condição estruturante para a formulação de iniciativas socialmente inovadoras. Conforme apontam Domanski *et al.* (2020), Carayannis *et al.* (2021) e Unceta *et al.* (2020), a inovação social só alcança relevância e efetividade quando é capaz de se enraizar nas práticas cotidianas, nos valores simbólicos e nos modos de organização próprios das comunidades. Nesse sentido, a rejeição de soluções padronizadas e a valorização da escuta ativa dos sujeitos sociais locais constituem princípios fundamentais para o delineamento de respostas contextualizadas a problemas complexos. A eficácia dos EISs, portanto, não reside em sua

replicabilidade formal, mas em sua plasticidade e aderência às realidades socioterritoriais em que operam.

A dimensão política mostrou-se particularmente estratégica para a compreensão das condições institucionais que favorecem ou inibem o florescimento dos Ecossistemas de Inovação Social (EISs). A governança eficaz, transparente e participativa figura como elemento transversal para a legitimidade e continuidade das iniciativas, uma vez que proporciona estabilidade normativa, canais de deliberação coletiva e mecanismos de controle social (Denicolai, Cioccarelli & Zucchella, 2010; Terstriep, Rehfeld & Kleverbeck, 2020; Bennett & Dearden, 2014; Ioppolo *et al.*, 2016; Andion *et al.*, 2022). A literatura e os dados empíricos convergem na ênfase ao papel das políticas públicas como vetores estruturantes da inovação social, tanto pela criação de marcos regulatórios que incentivem práticas colaborativas quanto pela disponibilização de recursos e instrumentos de apoio (Alijani *et al.*, 2016; Domanski, Howaldt & Kaletka, 2020). Ademais, as parcerias público-privadas aparecem como estratégias relevantes na coprodução de soluções inovadoras, dado seu potencial de mobilizar competências, compartilhar riscos e alinhar interesses diversos (Audretsch, Eichler & Schwarz, 2022). Essas evidências indicam que os EISs não podem ser compreendidos isoladamente das estruturas institucionais em que operam, sendo influenciados por decisões políticas, estruturas de governança e arranjos intersetoriais que moldam suas possibilidades de ação.

No âmbito econômico, os achados revelam que o sucesso dos EISs está intrinsecamente associado à capacidade de reconhecer e atuar sobre as dinâmicas locais de mercado e sobre os recursos econômicos disponíveis no território. A literatura aponta que alguns fatores, tais como concentração de atividades produtivas, infraestrutura de suporte, capital financeiro e inserção em redes econômicas, influenciam diretamente a sustentabilidade das inovações sociais (Polèse & Shearmur, 2006; Denicolai, Cioccarelli & Zucchella, 2010; Domanski, Howaldt & Kaletka, 2020). Além disso, alguns aspectos, tais como vulnerabilidades socioeconômicas, informalidade e dependência de políticas compensatórias, exigem que os EISs operem com estratégias adaptativas que combinem geração de valor econômico com impacto social. Nesse sentido, políticas que viabilizem o acesso a financiamento, tecnologias apropriadas e formação empreendedora assumem papel estruturante, ampliando as capacidades endógenas de resposta às demandas locais (Alcaide Lozano *et al.*, 2019; Carayannis *et al.*, 2021).

A dimensão sociocultural revelou que os EISs ganham robustez e legitimidade quando conseguem alinhar suas práticas aos valores, símbolos e identidades coletivas presentes nos territórios em que atuam. A promoção do bem-estar social e do desenvolvimento humano emerge como finalidade essencial dessas iniciativas, não como externalidade, mas como eixo estruturante (Domanski, Howaldt & Kaletka, 2020; Slimane & Lamine, 2017; Andion *et al.*, 2022). Alguns elementos, tais como a preservação de tradições culturais, a valorização de saberes locais e o fortalecimento do capital humano, são componentes críticos para a ancoragem territorial dos EISs (Baral, Stern & Bhattarai, 2008; Locatelli, Rojas & Salinas, 2008; Unceta *et al.*, 2020). Ao dialogarem com a cultura e a memória social das comunidades,

os EISs ampliam sua capacidade de mobilização e de engajamento coletivo, tornando-se instrumentos não apenas de inovação, mas de reconstrução simbólica e de fortalecimento dos vínculos comunitários.

Por fim, a dimensão ambiental adquire centralidade na medida em que os desafios ecológicos contemporâneos impõem novos parâmetros à formulação e à implementação de soluções sociais. A transição para práticas sustentáveis — como a transformação de resíduos em recursos, a gestão ambiental descentralizada e a reconversão produtiva — exige não apenas tecnologias apropriadas, mas também uma mudança cultural no modo de produção e consumo (Ioppolo *et al.*, 2016; Waltert & Schläpfer, 2010; Domanski, Howaldt & Kaletka, 2020). A educação ambiental e a sensibilização coletiva aparecem como elementos catalisadores dessa transformação, promovendo comportamentos orientados à sustentabilidade e reforçando a articulação entre justiça social e justiça ambiental (Delicado, Figueiredo & Silva, 2016; Terstriep, Rehfeld & Kleverbeck, 2020; Carayannis *et al.*, 2021). Portanto, os EISs que integram a dimensão ecológica em suas estratégias operacionais não apenas respondem a problemas ambientais, mas reconfiguram os modos de habitar e de organizar a vida nos territórios.

Assim, as interações entre as dimensões política, econômica, sociocultural e ambiental configuram um ecossistema territorial dinâmico e interdependente, no qual se articulam fatores estruturais e simbólicos indispensáveis à emergência, consolidação e sustentabilidade dos Ecossistemas de Inovação Social (EISs). É nesse entrelaçamento complexo que se constroem as condições propícias para o fortalecimento do Desenvolvimento Local, entendido não como um processo linear, mas como resultado de múltiplas mediações institucionais, culturais e contextuais.

## Considerações finais

Este estudo teve como objetivo identificar e discutir os principais elementos dos Ecossistemas de Inovação Social (EISs) relacionados ao Desenvolvimento Local (DL), utilizando uma abordagem qualitativa e exploratória. Por meio de uma combinação de revisões bibliográficas, análises bibliométricas e entrevistas semiestruturadas com especialistas, foi possível desenvolver e validar um *framework* teórico que integra, de forma estruturada, as interações entre os EISs e o DL. Este *framework* responde a uma lacuna teórica significativa na literatura, fornecendo um modelo que sistematiza a relação entre esses dois conceitos e pode ser utilizado para orientar práticas e políticas voltadas para o desenvolvimento local sustentável.

A principal contribuição deste trabalho é a proposição de um modelo que não apenas organiza as interações entre os EISs e o DL, mas também oferece uma ferramenta analítica de grande utilidade para pesquisadores, gestores públicos, organizações da sociedade civil e empreendedores sociais. A validação do *framework*, por meio de entrevistas com especialistas, confirma sua aplicabilidade prática e teórica, permitindo uma análise mais aprofundada das múltiplas dimensões do DL e auxiliando na implementação de estratégias mais eficazes e sustentáveis.

No entanto, é importante ressaltar as limitações da pesquisa, como a natureza qualitativa dos dados, que pode introduzir subjetividade nas interpretações, afetando a confiabilidade dos resultados. Além disso, o foco em um conjunto específico de dimensões e categorias de análise deixou de lado outras possíveis influências, como aspectos institucionais e territoriais, que poderiam ser exploradas em pesquisas futuras. Expansões no escopo do estudo permitirão uma compreensão mais abrangente e detalhada dos EISs e suas contribuições para o DL.

Em síntese, o *framework* proposto neste estudo constitui a principal contribuição teórico-analítica da pesquisa, ao sistematizar de forma integrada os elementos constitutivos dos Ecossistemas de Inovação Social (EISs) em sua interface com o Desenvolvimento Local (DL). Sua formulação e posterior validação junto a especialistas permitem não apenas preencher uma lacuna identificada na literatura — marcada pela fragmentação conceitual e pela ausência de modelos integrativos — como também oferecem uma ferramenta interpretativa que pode subsidiar futuros estudos empíricos, formulações de políticas públicas e práticas de gestão social em contextos diversos. Assim, o estudo avança na construção de referenciais que qualificam a compreensão dos EISs como arranjos complexos, relacionais e situados, com alto potencial transformador nos territórios em que se inserem.

## Referências

- Accetturo, A., Lamorgese, A., Mocetti, S., & Sestito, P. (2019). Local development, urban economies and aggregate growth. *Italian Economic Journal*, 5, 191-204.
- Alcaide Lozano, V., Moliner, L. A., Murillo, D., & Buckland, H. (2019). Understanding the effects of social capital on social innovation ecosystems in Latin America through the lens of Social Network Approach. *International Review of Sociology*, 29(1), 1-35.
- Alijani, S., Luna, A., Castro-Spila, J., & Unceta, A. (2016). Building capabilities through social innovation: Implications for the economy and society. In *Finance and economy for society: Integrating sustainability*, 293-313. Emerald Group Publishing Limited.
- Andion, C., Alperstedt, G. D., & Graeff, J. F. (2020). Social innovation ecosystems, sustainability, and democratic experimentation: a study in Florianópolis, Brazil. *Revista de Administração Pública*, 54(1), 181-200.
- Andion, C., Alperstedt, G. D., Graeff, J. F., & Ronconi, L. (2022). Social innovation ecosystems and sustainability in cities: a study in Florianópolis, Brazil. *Environment, Development and Sustainability*, 24(1), 1259-1281
- Anheier, H. K., Krlev, G., Behrendt, C., & Mildemberger, G. (2017). Findings: the who, what and how of social innovation. In *Impact of the Third Sector as Social Innovation (ITSSOIN)*. Brussels: European Commission, DG Research.
- Araújo, A. C. M., Oliveira, V. M., & Correia, S. E. N. (2021). Consumo sustentável e inovação social: O caso da moeda social do Banco Palmas. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 20(1), 140-170.
- Audretsch, D. B., Eichler, G. M., & Schwarz, E. J. (2022). Emerging needs of social innovators and social innovation ecosystems. *International Entrepreneurship and*

*Management Journal*, 18(1), 217–254

Baral, N., Stern, M. J., & Bhattarai, R. (2008). Contingent valuation of ecotourism in Annapurna conservation area, Nepal: implications for sustainable park finance and local development. *Ecological Economics*, 66(2-3), 218-227.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (Edição revista e ampliada). Vozes.

Bateman, M., Duvendack, M., & Loubere, N. (2019). Is fin-tech the new panacea for poverty alleviation and local development? Contesting Suri and Jack's M-Pesa findings published in Science. *Review of African Political Economy*, 46(161), 480-495.

Bennett, N. J., & Dearden, P. (2014). From measuring outcomes to providing inputs: Governance, management, and local development for more effective marine protected areas. *Marine Policy*, 50, 96-110.

Bhusal, T., & Pandeya, G. P. (2022). Ordinary people's participation in local development planning in Nepal. *Development in Practice*, 32(2), 163-174.

Bourdieu, P. (1986). *A distinção: Crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp.

Bourdieu, P. (1986). Le capital social: notes provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31, 2-3.

Bourne, L. S., & Simmons, J. (2003). New fault lines? Recent trends in the Canadian urban system and their implications for planning and public policy. *Canadian Journal of Urban Research*, 22-47

Bryson, J. M. (2004). What to do when stakeholders matter: stakeholder identification and analysis techniques. *Public Management Review*, 6(1), 21-53.

Bryson, J. M., Crosby, B. C., & Stone, M. M. (2006). The design and implementation of cross-sector collaborations: propositions from the literature. *Public Administration Review*, 66(6), 44-55

Buarque, S. C. (2001). *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local sustentável*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Calafati, A. G. (2006). "Traditional knowledge" and local development trajectories. *European Planning Studies*, 14(5), 621-639.

Capra, F. (1996). *The web of life: a new scientific understanding of living systems*. New York: Anchor Books.

Carayannis, E. G., Grigoroudis, E., Stamati, D., & Valvi, T. (2021). Social business model innovation: A quadruple/quintuple helix-based social innovation ecosystem. *IEEE Transactions on Engineering Management*, 68(1), 235-248.

Case, K. E., Fair, R. C., & Oster, S. M. (2017). *Principles of Economics* (12th ed.). Pearson.

Castells, M. (2004). *The power of identity*, 2. Oxford: Blackwell Publishing.

Castells, M. (2010). *The Rise of the Network Society* (2nd ed.). Wiley-Blackwell.

Caulier-Grice, J., Davies, A., Patrick, R., & Norman, W. (2012). *Defining social innovation. A deliverable of the project: "The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe" (TEPSIE)*. Brussels: European Commission, DG Research.

Coffey, W. J., & Polèse, M. (1984). The concept of local development: a stages model of endogenous regional growth. *Papers in Regional Science*, 55(1), 1-12.

Cooke, P. (1992). *Regional innovation systems: competitive regulation in the New Europe*. Routledge.

Correia, S. E. N., Melo, L. S. A., & Oliveira, V. M. (2019). Inovação social e sociedade civil: Conteúdo, processos e empoderamento. *Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 9(1), 50–62.

Creswell, J. (2010). *Projeto de pesquisa – Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Bookman.

Dallabrida, V. R. (2013). Desenvolvimento regional na região ou território do contestado: Algumas reflexões a partir da análise da sua matriz produtiva. In V. R. Dallabrida (Org.), *Território, identidade territorial e desenvolvimento regional: Reflexões sobre indicação geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial*, 111–123. São Paulo: LiberArs.

Dallabrida, V. R., & Marchesan, J. (2013). Desenvolvimento na região do contestado: Reflexões sobre território, identidade territorial, recursos e ativos territoriais, indicação geográfica e desenvolvimento (sustentável). In V. R. Dallabrida (Org.), *Território, identidade territorial e desenvolvimento regional: Reflexões sobre indicação geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial*, 197–232. São Paulo: LiberArs.

Delicado, A., Figueiredo, E., & Silva, L. (2016). Community perceptions of renewable energies in Portugal: impacts on environment, landscape and local development. *Energy Research & Social Science*, 13, 84-93.

Denicolai, S., Cioccarelli, G., & Zucchella, A. (2010). Resource-based local development and networked core-competencies for tourism excellence. *Tourism Management*, 31(2), 260-266.

Domanski, D., & Kaletka, C. (2018). Lokale Ökosysteme sozialer Innovation verstehen und gestalten. In *Soziale Innovationen lokal gestalten*, 291-308. Springer VS, Wiesbaden.

Domanski, D., Howaldt, J., & Kaletka, C. (2020). A comprehensive concept of social innovation and its implications for the local context – on the growing importance of social innovation ecosystems and infrastructures. *European Planning Studies*, 28(3), 454-474.

Dowbor, L. (2007). *Democracia econômica: um passeio pelas teorias*. Petrópolis: Vozes.

Dye, T. R. (2012). *Understanding public policy* (14th ed.). Pearson.

Ellen MacArthur Foundation. (2013). *Towards the Circular Economy: Economic and Business Rationale for an Accelerated Transition*. Ellen MacArthur Foundation.

Fine, K. (2001). Social capital vs. human capital: some problems in the measurement of human capital. In *Social Capital and Economic Development: Well-being in Developing Countries*, 87-102. Routledge.

Fraser, E. D., Dougill, A. J., Mabee, W. E., Reed, M., & McAlpine, P. (2006). Bottom up and top down: Analysis of participatory processes for sustainability indicator identification as a pathway to community empowerment and sustainable environmental management. *Journal of Environmental Management*, 78(2), 114-127.



- Fraser, N. (1995). From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a 'post-socialist' age. *New Left Review*, 212, 68-93.
- Geels, F. W. (2002). Technological transitions as evolutionary reconfiguration processes: A multi-level perspective and a case-study. *Research Policy*, 31(8), 1257-1274.
- Ghisellini, P., Cillis, D., Urbinati, A., Alvino, M., & Ciavarella, A. (2016). A review of circular economy: benefits, opportunities and barriers. *Journal of Cleaner Production*, 114, 57-68.
- Granovetter, M. S. (1983). The strength of weak ties: a network theory revisited. *Sociological Theory*, 1, 201-233.
- Habermas, J. (1984). *The theory of communicative action: Volume 1: Reason and the rationalization of society*. Boston: Beacon Press.
- Healey, P. (1997). *Collaborative planning: shaping places in fragmented societies*. London: Macmillan.
- Howaldt, J., & Schwarz, M. (2010). *Social innovation: concepts, research fields and international trends*. Sozialforschungsstelle Dortmund.
- Ioppolo, G., Cucurachi, S., Salomone, R., Saija, G., & Shi, L. (2016). Sustainable local development and environmental governance: a strategic planning experience. *Sustainability*, 8(2), 180.
- Jackson, T. (2005). Live better by consuming less?: Is there a "double dividend" in sustainable consumption? *Journal of Industrial Ecology*, 9(1-2), 19-36.
- Jones, G. R. (2010). *Teoria das Organizações*, 251-275. São Paulo: Editora Pearson.
- Keynes, J. M. (1936). *The general theory of employment, interest, and money*. London: Macmillan.
- Kollmuss, A., & Agyeman, J. (2002). Mind the gap: Why do people act environmentally and what are the barriers to pro-environmental behavior? *Environmental Education Research*, 8(3), 239-260
- Kumari, R., Kwon, K. S., Lee, B. H., & Choi, K. (2019). Co-creation for social innovation in the ecosystem context: The role of higher educational institutions. *Sustainability*, 12(1), 1-21
- Lencioni, S. (2008). Observações sobre o conceito de cidade e urbano. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, 12(1), 109-123.
- Locatelli, B., Rojas, V., & Salinas, Z. (2008). Impacts of payments for environmental services on local development in northern Costa Rica: A fuzzy multi-criteria analysis. *Forest Policy and Economics*, 10(5), 275-285.
- Marín-González, F., Senior-Naveda, A., Castro, M. N., González, A. I., & Chacín, A. J. P. (2021). Knowledge network for sustainable local development. *Sustainability*, 13(3), 1124.
- Markusen, A. (1996). "Sticky places in slippery space: a typology of industrial districts". *Economic Geography*, 72(3), 293-313.
- Milán-García, J., Uribe-Toril, J., Ruiz-Real, J. L., & De Pablo Valenciano, J. (2019). Sustainable local development: an overview of the state of knowledge. *Resources*, 8(1), 31.

- Moore, A. W., King, L., Dale, A., & Newell, R. (2018). Toward an integrative framework for local development path analysis. *Ecology and Society*, 23(2).
- Moulaert, F., MacCallum, D., Mehmood, A., & Hamdouch, A. (Eds.). (2013). The international handbook on social innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research. *Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing*.
- Moulaert, F., Martinelli, F., Swyngedouw, E., & Gonzalez, S. (2005). Towards alternative model(s) of local innovation. *Urban Studies*, 42(11), 1969-1990.
- Moulaert, F., Swyngedouw, E., Martinelli, F. J., & Gonzalez, S. (2007). Introduction: social innovation and governance in European cities: urban development between path dependency and radical innovation. *European Urban and Regional Studies*, 14(3), 195-209.
- Mulgan, G. (2006). The process of social innovation. *Innovations: Technology, Governance, Globalization*, 1(2), 145-162.
- North, D. C. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge University Press.
- Nunes, N. A., Leonir Casagrande, J., Gil Ramos, M. M., Dos Santos, A. A. P., & Corseuil, L. (2017). Participação comunitária como prática de inovação social: um estudo de caso no Centro Educacional Marista Lúcia Mayvorne. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, 10(2).
- Nussbaum, M. (2011). *Creating capabilities: the human development approach*. Belknap Press of Harvard University Press.
- Nygaard, B., & Hansen, T. (2020). Local development through the foundational economy? Priority-setting in Danish municipalities. *Local Economy*, 35(8), 768-786.
- Ostrom, E. (1990). *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge University Press.
- Pel, B., Wittmayer, J., Dorland, J., & Søgaaard Jørgensen, M. (2020). Unpacking the social innovation ecosystem: an empirically grounded typology of empowering network constellations. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 33(3), 311-336.
- Percoco, M. (2010). Airport activity and local development: evidence from Italy. *Urban Studies*, 47(11), 2427-2443
- Pérez Viñas, V. M., Echevarría, B. B., Pulido Díaz, A., & Breijo Woroz, T. (2020). Sustainable local development in the "E" syllabus diagnostic conception. *Cooperativismo y Desarrollo*, 8(3).
- Pike, A., Rodríguez-Pose, A., & Tomaney, J. (2007). *Local and regional development*. London: Routledge.
- Piketty, T. (2014). *Capital in the Twenty-First Century*. Boston, MA: Harvard University Press.
- Polèse, M., & Shearmur, R. (2006). Why some regions will decline: a Canadian case study with thoughts on local development strategies. *Papers in Regional Science*, 85(1), 23-46.
- Porter, M. E. (1990). *The competitive advantage of nations*. New York: Free Press.
- Powell, W. W. (1990). Neither market nor hierarchy: network forms of organization. *Research in Organizational Behavior*, 12, 295-336.

- Putnam, R. D. (1993). *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton University Press.
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York: Simon and Schuster.
- Reyes, A. (2018). Connecting higher education and innovation to local development. *Futures*, 103, 73-83.
- Rizzo, C., Guido, G., Pino, G., Pirotti, T., & Anzilli, L. (2022). A fuzzy expert system for sustainable local development. *Regional Studies*, 56(5), 808-817.
- Schumpeter, J. A. (1988). *A teoria do desenvolvimento econômico*. Nova Cultural.
- Scott, W. R. (1995). *Institutions and organizations*. Sage Publications.
- Sen, A. (1999). *Development as freedom*. Knopf.
- Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Slimane, K. B., & Lamine, W. (2017). A transaction-based approach to social innovation. *The International Journal of Entrepreneurship and Innovation*, 18(4), 231-242.
- Smith, A., Stirling, A., & Berkhout, F. (2005). The governance of sustainable socio-technical transitions. *Research Policy*, 34(10), 1491-1510.
- Stöhr, W. (1981). *Development from below: The bottom-up and periphery-inward*
- Storper, M. (1997). *The regional world: Territorial development in a global economy*. Guilford Press.
- Terstriep, J., Rehfeld, D., & Kleverbeck, M. (2020). Favourable social innovation ecosystem(s)? - An explorative approach. *European Planning Studies*, 28(5), 881-905.
- Throsby, D. (2001). *Economics and culture*. Cambridge University Press.
- Unceta, A., Luna, Á., Castro, J., & Wintjes, R. (2020). Social innovation regime: an integrated approach to measure social innovation. In *The economics of social innovation*, 54-72. Routledge.
- Velibeyo lu, K., Yazdani, H., & Baba, A. (2018). Groundwater in local development strategies: Case of Izmir. *Water Science and Technology: Water Supply*, 18(4), 1339-1349.
- Walker, B., Scholes, R., Lee, A., Sanderson, E., Moss, R., & Hopkinson, C. (2004). *Resilience and the collapse of ecosystems*. Resilience Alliance.
- Waltert, F., & Schläpfler, F. (2010). Landscape amenities and local development: a review of migration, regional economic and hedonic pricing studies. *Ecological Economics*, 70(2), 141-152.